



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS

Secretaria Nacional de Cidadania

Planejamento Biênio 2017-2018

RELATÓRIO SEMESTRAL

Julho a dezembro de 2017

Janeiro de 2018

Presidente da República Federativa do Brasil

Michel Temer

Ministro de Estado dos Direitos Humanos

Gustavo do Vale Rocha

Secretário-Executivo do Ministério dos Direitos Humanos

Engels Augusto Muniz

Secretário Nacional de Cidadania, substituto

Herbert Borges Paes de Barros

SUMÁRIO

1. OBJETIVO.....	1
2. INTRODUÇÃO	1
3. BALANÇO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO	2
Objetivo 1 - Implementar políticas de proteção e defesa dos Direitos Humanos transversalizadas, de forma interinstitucional, interfederativa e intergovernamental, com enfoque nas mais graves violações.....	2
Projeto 1 - Aprimorar a institucionalidade e gestão dos Programas de Proteção.....	2
Projeto 2 - Fortalecimento do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.....	7
Projeto 3 – Implementar o Pacto Federativo para Erradicação do Trabalho Escravo	11
Projeto 4 – Implementação de sistemas de informação dos programas de proteção a pessoas ameaçadas	13
Objetivo 2 - Implementar políticas de promoção dos direitos humanos transversalizadas de forma interinstitucional, interfederativa e intergovernamental, com enfoque na valorização e respeito às diversidades.....	14
Projeto 1 – Instituir a Escola Nacional de Educação em Direitos Humanos.....	15
Projeto 2 - Formalizar o Pacto Nacional de Combate à LGBTfobia.....	17
Projeto 3 - Elaborar e implantar nova concepção de metodologia da Política Nacional para a População em Situação de Rua	19
Projeto 4 - Realizar busca e identificação de desaparecidos políticos	21
Projeto 5 – Erradicar o sub-registro civil com atendimento adequado das populações prioritárias.	23
Projeto 6 – Celebração dos 70 anos	25
Projeto 7 – Implementar o Pacto Nacional Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade, da Paz e dos Direitos Humanos.....	27
Projeto 8 – Realizar a 12ª Mostra Cinema e Direitos Humanos.....	29
Projeto 9 – Realizar avaliação de base sobre "Empresas e Direitos Humanos" para futura elaboração de Plano Nacional sobre a temática	31
Projeto 10 – Fortalecimento as discussões sobre Diversidade Religiosa e Estado Laico	32
Objetivo 3: Fortalecer a Institucionalidade de Secretaria	34
Projeto 1 - Implementação do sistema de governança	34
Projeto 2 – Implementar ações que garantam a institucionalidade, a autonomia administrativa e orçamentária do CNDH - Conselho Nacional de Direitos Humanos	36
Projeto 3 - Fortalecimento da atuação da Secretaria Nacional de Cidadania junto às redes de políticas de direitos humanos	38
Projeto 4 - Promover ações de Direitos Humanos junto ao Sistema de Justiça	40
Objetivo 4: Fortalecer os mecanismos de monitoramento e seguimento das políticas de direitos humanos	42

Projeto 1 - Reorganizar, fortalecer e aprimorar a capacidade da Secretaria Nacional de Cidadania com vistas à atuação no Sistema Interamericano de proteção dos Direitos Humanos e à articulação federativa para cumprimento das decisões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e da Corte Interamericana de Direitos Humanos	42
Projeto 2 – Iniciar a estruturação de um observatório nacional de monitoramento da implementação de compromissos e recomendações nacionais e internacionais de direitos humanos.	45
Projeto 3 - Suprimir passivo de relatórios para os órgãos de tratados internacionais sobre Direitos Humanos e aprimorar a capacidade de articulação e incidência da Secretaria Nacional de Cidadania na elaboração e disseminação dos relatórios internacionais (CAT - Comitê de Ajudas Técnicas, PIDESC - Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, PIDCP - Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, Desaparecimentos Forçados, DBC - Documento Básico Comum e Segundo Agrupamento PSS - Protocolo de São Salvador).....	48
4. DESAFIOS & CONSIDERAÇÕES FINAIS	51

SECRETARIA NACIONAL DE CIDADANIA-SNC

PLANEJAMENTO

RELATÓRIO SEMESTRAL - JUNHO A DEZEMBRO/2017

1. OBJETIVO

Este relatório tem por finalidade apresentar os resultados obtidos no período compreendido entre junho e dezembro de 2017, a partir da implementação do planejamento da Secretaria Nacional de Cidadania - SNC para o biênio 2017-2018, aprovado em junho de 2017 e publicado pela Portaria nº 24, de 05 de outubro de 2017.

1

2. INTRODUÇÃO

O processo de elaboração do Planejamento da SNC se iniciou em dezembro de 2016, quando os dirigentes, juntamente com seus coordenadores, realizaram uma análise de cenário de suas respectivas áreas, a fim de propor projetos estratégicos que focassem em entregas a serem realizadas até dezembro de 2018.

O planejamento foi estruturado de maneira a declarar a Visão de Futuro da Secretaria, a partir de um alinhamento de quais deveriam ser seus objetivos estratégicos, respectivos resultados esperados e projetos estratégicos a serem implementados entre os anos de 2017 e 2018.

Após o trabalho interno à SNC, foi realizada oficina, em parceria com a ENAP, que propiciou um espaço para um resgate das principais conquistas e desafios da Secretaria nos últimos 20 anos e um alinhamento em torno de objetivos, resultados e projetos a serem executados no biênio. O ambiente de reflexão, diálogo e construção coletiva foi estruturado de forma a possibilitar a participação dos diversos atores na elaboração dos resultados da Oficina: Secretária, dirigentes, coordenadores-gerais.

Após a Oficina, o plano foi detalhado e validado no Comitê de Coordenação, Planejamento e Orçamento (CCP), instância de governança da Secretaria Nacional de Cidadania responsável pela elaboração e monitoramento do Plano.

As ações foram monitoradas mensalmente no âmbito do Comitê de Coordenação, Planejamento e Orçamento - CCP, composto pelos dirigentes da SNC e presidido pelo Secretário-Adjunto de Cidadania. Cinco relatórios mensais de monitoramento foram disponibilizados ao longo do segundo semestre de 2017. Sendo este o sexto relatório, o qual contém a evolução de todas as atividades a cada mês, incluindo o período de dezembro/17, com destaque para os resultados já alcançados.

3. BALANÇO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO

Objetivo 1 - Implementar políticas de proteção e defesa dos Direitos Humanos transversalizadas, de forma interinstitucional, interfederativa e intergovernamental, com enfoque nas mais graves violações.

Para alcançar o referido objetivo foi proposto a execução de 4 projetos, sendo o primeiro relacionado ao aprimoramento da institucionalidade e da gestão dos programas de proteção, o segundo ao fortalecimento do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, o terceiro à implementação de ações de combate ao trabalho escravo e o quarto à gestão de dados dos programas de proteção, a partir da implementação de sistemas de informação para cada um deles.

Projeto 1 - Aprimorar a institucionalidade e gestão dos Programas de Proteção.

Nível de monitoramento – Secretário Nacional de Cidadania

2

No contexto de ações desenvolvidas pelo Estado brasileiro para o enfrentamento da violência contra vítimas e testemunhas e contra defensores de direitos humanos, foram criados o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas e o Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos, atualmente executados em parceria com Estados ou com Organizações da Sociedade Civil.

Apesar do sucesso na execução dessa política pública até o momento, que atende aproximadamente 500 protegidos no PROVITA ao ano e possui 600 casos incluídos no PPDDH atualmente, alguns desafios precisam ser superados, a fim de aprimorar as ações de proteção a pessoas ameaçadas. Nesta perspectiva, foi proposto o projeto de aprimoramento da institucionalidade e da gestão dos referidos programas.

Como principais resultados alcançados para esse projeto no último semestre, podemos citar a apresentação e pactuação junto ao MDH, ao CNDH e aos gestores estaduais da política de direitos humanos da proposta de formalização de Comissão que realizará estudo e ficará responsável por propor aperfeiçoamento legislativo para os programas de proteção a pessoas ameaçadas, quanto aos seus fluxos, procedimentos, pactuação e instrumento de transferência de recursos. A referida Comissão será composta por representantes de todos os atores envolvidos na execução dos programas: Estados, entidades executoras e órgãos do poder Executivo.

Ressaltamos, no âmbito do Programa de Proteção aos Defensores, o avanço no aprimoramento dos canais de participação social do Programa, a partir da formalização, por meio da Portaria nº 398, de 16 de novembro de 2017, de um grupo de trabalho composto por representantes do governo e da sociedade civil, que se reuniu pela primeira vez em dezembro de 2017, para se debruçar à referida temática. A publicação da Portaria nº 399 de 16 de novembro de 2017 também foi um grande marco para o PPDDH, pois regulamentou o referido Programa. No que se refere ao monitoramento dos convênios vigentes, foram feitas visitas aos estados do Espírito Santo, Ceará, Minas Gerais, Pernambuco e Maranhão, sendo que o relatório referente ao Ceará foi concluído. Os demais estão em fase de elaboração.

No que se refere ao PROVITA, foram realizadas reuniões do Colégio de Presidentes e do Fórum Permanente do Programa cumprindo as atividades de manutenção das instâncias de participação social. Além disso, foi iniciada articulação com a Polícia Federal para avaliar a possibilidade de emissão de documentos sigilosos para o Programa por parte dos Conselhos de Classe Profissionais. Além disso, a Coordenação se empenhou na renovação dos convênios vigentes.

AVANÇO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES

- 1.1 - Acompanhar e monitorar a execução dos convênios do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas – PROVITA.
Entrega prevista: Manutenção, monitoramento in loco e acompanhamento da prestação de contas de 14 convênios do PROVITA.
Atividade iniciada em jun/17
Término previsto para dez/18
Responsável pela atividade: Wellington Pantaleão
Histórico da implementação: Em agosto os processos de renovação de convênios demandaram muito tempo, prejudicando ações de monitoramento por parte da Coordenação-Geral de Proteção a Vítimas e Testemunhas. Em setembro, o responsável pela atividade informou que a agenda de monitoramento foi prejudicada diante do atraso nas nomeações da coordenação. Em outubro não houve nenhum progresso. Em novembro e dezembro mantiveram-se o índice, visto que não houve agendamento para este período.
Resultado: Nenhum relatório entregue.
Percentual de Execução: 0%
- 1.2 - Acompanhar e monitorar a execução dos convênios do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos - PPDDH.
Entrega prevista: Manutenção, monitoramento in loco e acompanhamento de 6 convênios do PPDDH.
Atividade iniciada em jun/17
Término Previsto para dez/18
Responsável pela atividade: Mariana Bizinoto
Histórico da implementação: Monitoramento e acompanhamento da execução dos convênios nos estados concluído. Pendente monitoramento do Programa Federal.
Resultado: 1 relatório entregue.
Percentual de Execução: 84%
- 1.3 - Capacitar gestores e executores dos programas em relação aos novos marcos legais, aos fluxos estabelecidos para formalização, monitoramento e prestação de contas, em relação às metodologias do PROVITA.
Entrega prevista: Capacitação de atores dos Ministérios Públicos, Poder Judiciário, Conselhos Deliberativos.
Atividade iniciada em jun/17
Término Previsto para dez/18
Responsável pela atividade: Wellington Pantaleão
Histórico da implementação: Não houve nenhum avanço desta atividade até outubro. O responsável pela atividade informou que as tratativas não foram iniciadas, tendo em vista que estava em curso a renovação de 10 dos 14 convênios do PROVITA. No entanto é importante ressaltar que o processo de renovação dos convênios foi utilizado como capacitação para a atualização quanto às novas normas vigentes.
Resultado: Capacitações não realizadas.
Percentual de Execução: 0%
- 1.4 - Capacitar gestores e executores dos programas em relação aos novos marcos legais, aos fluxos estabelecidos para formalização, monitoramento e prestação de contas, em relação às metodologias do PPDDH.

Entrega prevista: Realização do Encontro Nacional das equipes para capacitação de atores do PPDH - Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos.

Atividade iniciada em jun/17

Término Previsto para dez/18

Responsável pela atividade: Mariana Bizinoto

Histórico da implementação: Em julho, as tratativas ainda não haviam sido iniciadas, tendo em vista que o Encontro Nacional estava previsto para o final do ano de 2017. Até dezembro não houve avanços na realização do referido evento, assim o mesmo foi adiado para o início de 2018.

Resultado: Atividade não realizada neste período.

Percentual de Execução: 0%

- 1.5 - Manter em funcionamento as instâncias de participação social do PROVITA - Programa de Proteção a Vítimas e testemunhas Ameaçadas, tais como Colégio de Presidentes, Câmara Técnica e Fórum Permanente.

Entrega prevista: Reuniões das instâncias realizadas.

Atividade iniciada em jun/17

Término Previsto para dez/18

Responsável pela atividade: Wellington Pantaleão

Histórico da implementação: Em julho não foi realizada reunião de nenhuma das instâncias. Em agosto, foram realizadas uma reunião do Colégio de Presidentes e uma do Fórum Permanente. Em setembro não houve atividade realizada. Em outubro foram realizadas uma reunião do Colégio de Presidentes e uma do Fórum Permanente. No mês de novembro e dezembro não houve atividades.

Resultado: 2 reuniões do Colégio de Presidentes e 2 do Fórum Permanente realizadas.

Percentual de Execução: 44%

- 1.6 - Formalizar Comissão com participação de estados, entidades executoras e outros órgãos para estudo e proposição de aperfeiçoamento legislativo para os programas de proteção a pessoas ameaçadas, quanto aos seus fluxos, procedimentos, pactuação e instrumento de transferência de recursos.

Entrega prevista: Portaria publicada no Diário Oficial da União com membros designados.

Atividade iniciada em jun/17

Término Previsto para nov/17

Responsável pela atividade: Herbert Barros

Histórico da implementação: Em julho, a proposta foi validada com a Secretária Nacional de Cidadania e com a Ministra de Direitos Humanos. Após isso, a proposta foi levada à Subcomissão do Conselho Nacional de Direitos Humanos, que a aprovou e a submeteu à Comissão de Defensores e ao pleno, recebendo também o aval dessas instâncias. Em agosto não houve avanço na atividade. Em setembro foi apresentada a proposta na reunião dos gestores estaduais de direitos humanos, tendo sido recebida com elogios. Foi criado grupo de e-mail para que os gestores indicassem representante para acompanhar a elaboração da portaria. Primeiras ideias foram discutidas com representante da sociedade civil indicada pelo CNDH. Em novembro e dezembro não houve avanço nas atividades de formalização da Comissão. A redação da minuta de

portaria será realizada em conjunto com representantes de todos os atores envolvidos na execução dos programas e o prazo para execução da atividade precisará ser ampliado.

Resultado: Proposta validada, porém minuta de portaria está pendente de elaboração.

Percentual de Execução: 20%

- 1.7 - Fazer o encaminhamento das proposições resultantes do Grupo de Trabalho Interno às Secretarias Nacionais para aprimoramento da Gestão dos Programas de Proteção.

Entrega prevista: Relatório apresentado e encaminhamentos realizados.

Atividade iniciada em dez/17

Término Previsto para dez/18

Responsável pela atividade: Herbert Barros

Histórico da implementação: Entre julho e agosto, o GT se debruçou sobre pontos conflitantes do relatório referentes ao pagamento de salários, aos bens remanescentes, ao pagamento de subsídio aos protegidos. Em setembro, esses pontos foram tratados em reunião do GT e saiu como encaminhamento a análise das convenções de trabalho dos profissionais dos programas, o avanço no pagamento de subsídio, o avanço no estudo de caso de celebração de instrumento com dois convenientes. Ainda em setembro, a equipe da Coordenação-Geral de Proteção a Vítimas e Testemunhas apresentou um estudo comparativo sobre a mão de obra dos três programas. Como encaminhamento da referida reunião ficou a realização de avanços nas tratativas junto à Assessoria Jurídica sobre os pontos ainda pendentes. Entre outubro e dezembro não houve mais avanço na atividade.

Percentual de Execução: 15%

Resultado: Relatório em fase final de elaboração, porém ainda não concluído.

- 1.8 - Aperfeiçoar o marco legal do PPDDH - Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos.

Entrega prevista: Proposta de substitutivo ao PL 4.575/2009 encaminhada ao congresso.

Atividade iniciada em fev/18

Término Previsto para dez/18

Responsável pela atividade: Mariana Bizinoto

Histórico da implementação: Início previsto para 2018.

Percentual de Execução: 0%

Resultado: Atividade prevista para 2018.

- 1.9 - Aprimorar os canais de participação social no PPDDH - Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos.

Entrega prevista: Proposta de metodologia da participação social finalizada.

Atividade iniciada em jun/17

Término Previsto para mai/18

Responsável pela atividade: Mariana Bizinoto

Histórico da implementação: Em julho, a minuta de portaria instituindo um GT com a finalidade de construir a metodologia de participação social estava pronta, aguardando Sociedade Civil enviar os 4 nomes dos representantes. Essa pendência perdurou até outubro. Em novembro a Portaria nº 398, instituindo um GT foi publicada no DOU e em dezembro foi realizada a primeira reunião do referido grupo, ficando a segunda agendada para janeiro.

Resultado: Portaria nº 398 instituindo um GT que construirá a metodologia foi publicada no DOU e 1 reunião foi realizada.

Percentual de Execução: 10%

- 1.10 - Publicar portaria que regulamenta o Decreto 8.724/2016.

Entrega prevista: Portaria publicada.

Atividade iniciada em jun/17

Término Previsto para out/17

Responsável pela atividade: Mariana Bizinoto

Histórico da implementação: Minuta de portaria estava elaborada em julho e foi avaliada pela Assessoria Jurídica em Agosto. Em Setembro foram feitas algumas modificações na portaria, a qual foi publicada no DOU em 16/11/17.

Resultado: Portaria nº 399 publicada no DOU em 16/11/17.

Percentual de Execução: 100%

- 1.11 - Manter o PROVITA - Programa de Proteção às Vítimas e testemunhas Ameaçadas inserido no cenário internacional, em especial junto ao TPI - Tribunal Penal Internacional e à EUROPOL.

Entrega prevista: Credenciamento do PROVITA para acolhimento de testemunhas de crimes investigados pelo TPI- Tribunal Penal Internacional realizado.

Atividade iniciada em jun/17

Término Previsto para dez/17

Responsável pela atividade: Wellington Pantaleão

Histórico da implementação: Desde julho esta Secretaria aguarda o processo de envio do acordo pelo MRE ao TPI. Em dezembro o MRE informou que está no aguardo da devolução do Acordo por parte de sua assessoria jurídica. Tendo isso em vista, o prazo para finalização a atividade precisará ser ampliado.

Resultado: Atividade sem avanço neste período.

Percentual de Execução: 0%

- 1.12 - Articular junto aos Conselhos de Classe Profissionais medidas para emissão de documentos sigilosos para PROVITA - Programa de Proteção às Vítimas.

Entrega prevista: 3 acordos celebrados, para emissão de carteiras de identidade profissionais sigilosas.

Atividade iniciada em jun/17

Término Previsto para abr/18

Responsável pela atividade: Wellington Pantaleão

Histórico da implementação: Em julho não houve realização da atividade. No mês de agosto, ainda havia pendência de análise da COJUR do CFP sobre a possibilidade de emissão dos documentos para o PROVITA. A OAB foi acionada para analisar a solicitação. No mês de setembro ainda havia pendência de retorno do CFP. Foi realizada, então, reunião com a Polícia Federal para consultar acerca da juridicidade da emissão de documento pelos conselhos de classe. Situação da atividade não avançou nos meses de novembro e dezembro. Ainda esperam retorno dos órgãos consultados.

Resultado: Atividade ainda em estágio inicial aguardando resposta dos órgãos consultados.

Percentual de Execução: 10%

Projeto 2 - Fortalecimento do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

Nível de Monitoramento – Diretor (a)

A implementação deste projeto busca fortalecer as estruturas do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (SNPCT) em funcionamento e expandir a rede de prevenção e combate à tortura no país. O SNPCT foi instituído pela Lei nº 12.847 de 02 de agosto de 2013, com o objetivo de fortalecer a prevenção e o combate à tortura, por meio da atuação cooperativa de seus integrantes – órgãos ou entidades com atribuições de realizar o monitoramento, a supervisão e o controle de estabelecimentos e unidades onde se encontrem pessoas privadas de liberdade.

No último semestre foram alcançados resultados importantes no âmbito desta política pública. No intuito de expandir a rede de prevenção e combate à Tortura, foi lançado o Pacto Nacional para Prevenção e Combate à Tortura, publicado pela Portaria nº 346 em 19 de setembro de 2017, o qual contou com a Intenção de Adesão de 12 Estados, sendo eles: Rio Grande do Sul; Santa Catarina; Paraná; Goiás; Mato Grosso; São Paulo; Rio de Janeiro; Minas Gerais; Espírito Santo; Bahia; Sergipe; Alagoas; Ceará; Piauí; Maranhão; Rondônia e Pará.

Até dezembro de 2017, os Estados do Rio de Janeiro e do Pará concretizaram a adesão, se comprometendo a criar ou fortalecer Comitês e Mecanismos Estaduais de Prevenção e Combate à tortura, estabelecer Plano Estadual de Ações Integradas para Prevenção e Combate à Tortura e aderir ao SNPCT.

Ainda entre as conquistas do último semestre, ressaltamos a adesão do Comitê do Estado do Amazonas ao SNPCT, a realização de 3 reuniões preparatórias para a Reunião Ordinária do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, e a manutenção das atividades ordinárias do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

AVANÇO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES

- **2.1 - Organizar e lançar o Pacto Nacional para Prevenção e Combate à Tortura.**

Entrega prevista: Pacto publicado no Diário Oficial da União.

Atividade iniciada em jun/17

Término previsto para set/17

Responsável pela atividade: Karolina Castro

Histórico da implementação: Em julho, minuta do pacto estava elaborada, a qual foi encaminhada para avaliação da Assessoria Jurídica. Em agosto, foi encaminhado para avaliação da Ministra de Direitos Humanos e em setembro, o Pacto foi publicado por meio da Portaria nº 346, no dia 19. É válido ressaltar que o pacto foi apresentado durante a 2ª Reunião de Gestores de Direitos Humanos, realizada em 12 de setembro de 2017, ocasião na qual 17 (dezessete) Estados assinaram o formulário de Intenção de Adesão, sendo: Rio Grande do Sul; Santa Catarina; Paraná; Goiás; Mato Grosso; São Paulo; Rio de Janeiro; Minas Gerais; Espírito Santo; Bahia; Sergipe; Alagoas; Ceará; Piauí; Maranhão; Rondônia e Pará.

Resultado: Portaria publicada em setembro de 2017.

Percentual de Execução: 100%

- **2.2 - Articular a adesão ao Pacto.**

Entrega prevista: 10 Estados aderentes ao pacto.

Atividade iniciada em jun/17

Término previsto para dez/18

Responsável pela atividade: Karolina Castro

Histórico da implementação: As articulações visando à adesão dos estados tiveram início no mês de setembro com a emissão de ofício circular, após a apresentação do instrumento durante a reunião de gestores de direitos humanos. Até outubro, não havia nenhuma devolutiva. Em novembro, ocorreram duas adesões dos estados do Rio de Janeiro e Goiás. Não houve novas adesões até o final do ano.

Resultado: 2 Adesões (RJ e GO).

Percentual de Execução: 20%

- 2.3 - Estabelecer metodologia de monitoramento da implementação do Pacto.

Entrega prevista: Metodologia estabelecida e divulgada.

Atividade iniciada em set/2017

Término previsto para dez/2017

Responsável pela atividade: Karolina Castro

Histórico da implementação: Não houve avanço na implementação da atividade neste período. O Prazo para execução precisará ser ampliado.

Resultado: Metodologia ainda não iniciada.

Percentual de Execução: 0%

- 2.4 - Monitorar as adesões ao Pacto e seu cumprimento.

Entrega prevista: Monitoramento das 10 adesões realizado.

Atividade iniciada em ago/17

Término previsto para dez/18

Responsável pela atividade: Karolina Castro

Histórico da implementação: O Monitoramento somente iniciará após a metodologia estabelecida.

Resultado: Monitoramento não iniciado.

Percentual de Execução: 0%

- 2.5 - Articular a adesão dos comitês e mecanismos estaduais ao SNPCT - Sistema Nacional de Prevenção e Combate a Tortura.

Entrega prevista: 7 Adesões ao SNPCT - Sistema Nacional de Prevenção e Combate a Tortura.

Atividade iniciada em ago/17

Término previsto para dez/17

Responsável pela atividade: Karolina Castro

Histórico da implementação: Em julho houve a adesão do Comitê do Estado do Amazonas ao SNPCT. Nos demais meses não houve mais nenhuma adesão. Há um total de duas adesões estaduais até o momento.

Resultado: Adesão do Comitê estadual do Amazonas.

Percentual de Execução: 12,5%

- 2.6 - Auxiliar os estados a criarem e fortalecerem as instâncias de prevenção e combate à tortura.

Entrega prevista: Apoio a pelo menos 10 estados.

Atividade iniciada em ago /17

Término previsto para dez/17

Responsável pela atividade: Karolina Castro

Histórico da implementação: Em setembro, foi realizado o “Guia para criar comitês e mecanismos de prevenção e combate à tortura”, que foi repassado aos gestores de direitos humanos na reunião que ocorreu em setembro, ocasião em que houve a apresentação do Pacto Nacional para Prevenção e Combate à Tortura. Não houve avanço nos outros meses no que se refere essa atividade.

Resultado: Realizado Guia para subsidiar os estados a implementarem, mas nenhuma nova instância criada.

Percentual de Execução: 0%

- 2.7 - Criar, em conjunto com o CNPCT - Comitê Nacional de Prevenção e Combate a Tortura, diretrizes para criação e atuação dos comitês estaduais.

Entrega prevista: Diretrizes publicadas.

Atividade iniciada em ago/17

Término Previsto para abr/18

Responsável pela atividade: Karolina Castro

Histórico da implementação: Em julho, se iniciou um processo de revisão de uma minuta já elaborada pelo CNPCT em 2016. Após revista, a minuta foi apreciada em reunião do CNPCT em outubro. Nesta reunião definiu-se que a minuta seria apreciada por um grupo de trabalho do Comitê e entrará na pauta do CNPCT novamente na primeira reunião de 2018.

Resultado: Minuta de diretrizes em discussão no CNPCT.

Percentual de Execução: 25%

- 2.8 - Revisar o PAIPCT - Plano de Ações Integradas para a Prevenção e Combate a Tortura.

Entrega prevista: Minuta de plano revisada.

Atividade iniciada em out/17

Término previsto para mai/18

Responsável pela atividade: Karolina Castro

Histórico da implementação: Em julho, o edital para contratação de consultor foi lançado, sendo que a contratação finalizou no mês de outubro. Em dezembro foi finalizado o 1º Produto da consultoria de um total de 5 produtos.

Resultado: Primeiro produto da consultoria entregue.

Percentual de Execução: 30%

- 2.9 - Organizar e realizar consultas públicas ao II PAIPCT - Plano de Ações Integradas para a Prevenção e Combate a Tortura.

Entrega prevista: Realização da consulta pública.

Atividade iniciada em mai/18

Término previsto para jul/18

Responsável pela atividade: Karolina Castro

Histórico de implementação: Atividade com início previsto para maio de 2018.

Resultado: Atividade com início previsto 2018.

Percentual de Execução: 0%

- 2.10 - Discutir e aprovar o II PAIPCT - Plano de Ações Integradas para a Prevenção no Combate a Tortura no CNPCT - Comitê Nacional de Prevenção e Combate a Tortura.
Entrega prevista: II PAIPCT - Plano de Ações Integradas para a Prevenção no Combate a Tortura.
Atividade iniciada em mai/18
Término Previsto para set/18
Responsável pela atividade: Karolina Castro
Histórico de implementação: Atividade com início previsto para maio de 2018.
Resultado: Atividade com início previsto 2018.
Percentual de Execução: 0%
- 2.11 - Analisar administrativamente medidas para a independência orçamentária do MNPCT - Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate a Tortura.
Entrega prevista: Proposta estruturada.
Atividade iniciada em jan/18
Término previsto para abr/18
Responsável pela atividade: Karolina Castro e MNPCT
Histórico de implementação: Atividade com início previsto para maio de 2018.
Resultado: Atividade com início previsto 2018.
Percentual de Execução: 0%
- 2.12 - Articular e preparar reunião ordinária do SNPCT - Sistema Nacional de Prevenção e Combate a Tortura.
Entrega prevista: 2 Reuniões realizadas.
Atividade iniciada em ago/17
Término previsto para dez/18
Responsável pela atividade: Karolina Castro
Histórico da implementação: Foram organizadas três reuniões até novembro para preparar a reunião oficial do Sistema, porém, tendo em vista o não engajamento de alguns órgãos nessas reuniões, optou-se por cancelar a reunião oficial e solicitar agendas de alto nível para cobrar maior engajamento no SNPCT. Em dezembro não houve avanço da atividade.
Resultado: 3 reuniões preparatórias realizadas.
Percentual de Execução: 50%
- 2.13 - Organizar reuniões ordinárias e extraordinárias do CNPCT - Comitê Nacional de Prevenção e Combate a Tortura, bem como exercer atividades de secretariado executivo.
Entrega prevista: 9 Reuniões realizadas.
Atividade iniciada em jun/17
Término previsto para dez/18
Responsável pela atividade: Elías Emanuel
Histórico de implementação: Foram realizadas 3 reuniões ordinárias do CNPCT no segundo semestre de 2017 e uma extraordinária.
Resultado: 4 reuniões ordinárias e 1 extraordinária realizada.
Percentual de Execução: 50%

- 2.14 - Articular reunião técnica sobre Protocolo de Istambul para auxiliar na sua difusão.
Entrega prevista: Reunião realizada.
Atividade iniciada em jun/17
Término previsto: dez/18
Responsável pela atividade: Karolina Castro
Histórico de implementação: Reunião ainda não aconteceu.
Resultado: Atividade não iniciada.
Percentual de Execução: 0%

Projeto 3 – Implementar o Pacto Federativo para Erradicação do Trabalho Escravo.

Nível de Monitoramento – Diretor (a)

11

Prevenir e combater o trabalho escravo no Brasil é tarefa árdua que demanda esforços articulados de diversos atores no intuito de implementar ações interinstitucionais e interfederativas que enfrentem este problema.

Tendo isso em vista, em dezembro de 2016 foi lançado o Pacto Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, com o intuito de fortalecer e institucionalizar a política de combate ao trabalho escravo em todo o país.

Atualmente, 23 (vinte e três) estados aderiram ao Pacto: Acre; Alagoas; Amazonas; Bahia; Ceará; Distrito Federal; Espírito Santo; Goiás; Maranhão; Minas Gerais; Mato Grosso; Mato Grosso do Sul; Pará; Paraíba; Piauí; Paraná; Rio de Janeiro; Rio Grande do Norte; Roraima; Rio Grande do Sul; São Paulo; Sergipe e Tocantins, sendo que os estados de Sergipe e Roraima fizeram a adesão no último semestre.

Ainda acerca dos resultados alcançados no último semestre, ressaltamos a implementação de 2 novas Comissões Estaduais para Erradicação do Trabalho Escravo no Distrito Federal e em Roraima, totalizando 13 existentes atualmente e a construção de 1 novo Plano Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo no Estado do Ceará.

É válido ressaltar também que durante os últimos seis meses foi dada continuidade aos esforços empreendidos na articulação para aprovação do substitutivo do PLS 432 de 2013 referente ao conceito de trabalho escravo. Neste sentido, foram realizadas uma reunião no Senado e uma na Câmara para sensibilizar deputados e senadores acerca da importância da temática.

AVANÇO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES

- 3.1 - Articular politicamente para a aprovação do substitutivo do PLS 432/2013 que mantém conceito de trabalho escravo.
Entrega prevista: 4 reuniões de articulação realizadas.
Atividade iniciada em jun/17
Término previsto para dez/17
Responsável pela atividade: João Francisco
Histórico da Implementação: Em Julho foi realizada reunião com Gabinete do Senador Romero Jucá e em novembro foi realizada reunião com o Deputado Orlando Silva, para tratar do PLS 432/2013. Não houve atividades nos demais meses.

Resultado: 2 reuniões de articulação realizadas.

Percentual de Execução: 50%

- 3.2 - Avaliar o II Plano Nacional e elaborar o III Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo.

Entrega prevista: III Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo aprovado.

Atividade iniciada em jun/17

Término previsto para dez/18

Responsável pela atividade: João Francisco

Histórico da implementação: Atividade não iniciada. Consultoria será contratada para realizar avaliação do II Plano e para elaboração do III Plano.

Resultado: Atividade não iniciada.

Percentual de Execução: 0%

- 3.3 - Articular parcerias com órgãos e instituições para produção de dados sobre trabalho escravo.

Entrega prevista: 7 Parcerias institucionais para produção de dados, pesquisas e indicadores sobre trabalho escravo firmadas.

Atividade iniciada em jun/17

Término previsto para jun/18

Responsável pela atividade: João Francisco

Histórico da implementação: 7 parceiros foram mapeados para produção de dados sobre trabalho. Após o mapeamento não houve mais avanços no estabelecimento das parcerias.

Resultado: 7 parceiros mapeados para produção de dados sobre trabalho.

Percentual de Execução: 20%

- 3.4 - Mapear pesquisas e definir projeto do Observatório do Trabalho Escravo.

Entrega prevista: Plataforma digital com acervo de produções de instituições governamentais, de pesquisa e da sociedade civil sobre trabalho escravo contemporâneo lançada.

Atividade iniciada em ago/17

Término previsto para dez/18

Responsável pela atividade: João Francisco

Histórico da implementação: Atividade não iniciada.

Resultado: Atividade não iniciada.

Percentual de Execução: 0%

- 3.5 - Articular com os estados a assinatura do Pacto Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo.

Entrega prevista: Adesão de 6 Estados ao Pacto.

Atividade iniciada em jun/17

Término previsto para dez/18

Responsável pela atividade: João Francisco

Histórico da implementação: O Pacto Nacional para Erradicação do Trabalho lançado em dezembro de 2016, foi aderido em agosto pelo Estado de Sergipe e por Roraima em setembro. Assim, até o momento, 23 estados (Acre; Alagoas; Amazonas; Bahia; Ceará; Distrito Federal; Espírito Santo; Goiás; Maranhão; Minas Gerais; Mato Grosso; Mato Grosso do Sul; Pará; Paraíba; Piauí; Paraná; Rio de Janeiro; Rio Grande do Norte;

Roraima; Rio Grande do Sul; São Paulo; Sergipe e Tocantins) já estão comprometidos com a institucionalização da política de combate ao trabalho escravo no seu respectivo território.

Resultado: 2 novas adesões, totalizando 23 Estados aderentes.

Percentual de Execução: 32%

- 3.6 - Apoiar a criação de novas COETRAES - Comissões Estaduais para Erradicação do Trabalho Escravo.

Entrega prevista: 11 novas COETRAEs criadas.

Atividade iniciada em jun/17

Término previsto para dez/18

Responsável pela atividade: João Francisco

Histórico da implementação: Neste último semestre, 2 novas Comissões Estaduais para Erradicação do Trabalho Escravo foram criadas: no Distrito Federal em julho e em Roraima em agosto. Atualmente existem 13 (treze) COETRAEs instaladas nos seguintes Estados: Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Tocantins.

Resultado: 2 novas COETRAES implantadas, totalizando 13 COETRAES.

Percentual de Execução: 18%

- 3.7 - Apoiar a criação de Planos Estaduais para Erradicação do Trabalho Escravo.

Entrega prevista: 10 Novos Planos estaduais criados.

Atividade iniciada em jun/17

Término previsto para dez/18

Responsável pela atividade: João Francisco

Histórico da implementação: Em novembro foi lançado o Plano Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo no estado do Ceará. Nenhum outro plano foi lançado posteriormente.

Resultado: 1 novo Plano lançado no estado do CE.

Percentual de Execução: 10%

Projeto 4 – Implementação de sistemas de informação dos programas de proteção a pessoas ameaçadas.

Nível de monitoramento: Diretor(a)

A implementação deste projeto busca facilitar o acompanhamento e a execução dos programas de proteção a pessoas ameaçadas por meio da obtenção de dados do funcionamento dos programas estaduais e federais.

A obtenção desses dados é essencial para o monitoramento e avaliação da política pública de proteção, propiciando seu aprimoramento. No último semestre tanto o Sistema do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos quanto o SINAVIT do PROVITA foram finalizados e estão em fase de testes. Em seguida, as equipes serão capacitadas para a utilização dos mesmos no início de 2018.

- 4.1 - Finalizar o sistema de informações do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH).

Entrega prevista: Sistema implementado.

Atividade iniciada em jun/17

Término previsto para dez/17

Responsável pela atividade: Mariana Bizinoto

Histórico da implementação: O sistema foi finalizado em agosto e está pendente de ajustes mínimos. Em setembro, foram realizados testes para verificar seu funcionamento e em novembro, o "Módulo Relatório" estava sendo finalizado para concluir o "Ambiente de Produção". Em dezembro não houve avanço na atividade.

Resultado: Sistema em fase de finalização.

Percentual de Execução: 95%

- 4.2 - Capacitar equipes técnicas para utilização do Sistema do PPDDH.

Entrega prevista: 6 Equipes capacitadas.

Atividade iniciada em jan/18

Término previsto para dez/18

Responsável pela atividade: Mariana Bizinoto

Histórico da implementação: Atividade não iniciada.

Resultado: Atividade com início previsto para janeiro de 2018.

Percentual de Execução: 0%

- 4.3 - Implementar o sistema de informações do PPDDH nos estados que executam o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos e no Programa Federal.

Entrega prevista: Sistema implantado em 5 estados e no programa federal.

Atividade iniciada em jun/18

Término previsto para dez/18

Responsável pela atividade: Mariana Bizinoto

Histórico da implementação: Atividade não iniciada.

Resultado: Atividade prevista para iniciar em junho de 2018.

Percentual de Execução: 0%

- 4.4 - Implementar o banco nacional de dados do PROVITA - Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas.

Entrega prevista: Banco nacional de dados do PROVITA implementado.

Atividade iniciada em jun/17

Término Previsto para dez/18

Responsável pela atividade: Wellington Pantaleão

Histórico da implementação: Em agosto, foi apresentado módulo inicial do SISNAVIT e foram apontados alguns ajustes necessários à demanda de inserção de dados mensais e anuais. Em Setembro, os ajustes solicitados foram realizados.

Resultado: Sistema finalizado. Em fase de testes.

Percentual de Execução: 60%

Objetivo 2 - Implementar políticas de promoção dos direitos humanos transversalizadas de forma interinstitucional, interfederativa e intergovernamental, com enfoque na valorização e respeito às diversidades.

Para alcançar o referido objetivo, foram propostos 10 projetos voltados à promoção de direitos humanos. Três deles estão relacionados à Educação em Direitos Humanos: a instituição da Escola Nacional de Educação em Direitos Humanos, a implementação do Pacto Nacional Universitário

pela Promoção do Respeito à Diversidade, da Paz e dos Direitos Humanos e a realização da 12ª Mostra Cinema e Direitos Humanos.

Os demais projetos são voltados para diferentes temáticas vinculadas à Secretaria Nacional de Cidadania. Foi proposto um projeto para implantação de uma nova concepção de metodologia da Política Nacional para a População em Situação de Rua, no intuito de garantir dignidade a este público específico; um projeto de realização de Busca e Identificação de Desaparecidos Políticos que visa dar continuidade às ações coordenadas pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos; um para contribuir com a Erradicação do Subregistro Civil de Nascimento, focado em ações para os públicos em situação de vulnerabilidades; um para o fortalecimento das discussões sobre Diversidade Religiosa e Estado Laico; um para implantação do Pacto Nacional de Combate à LGBTfobia no intuito de enfrentar a violência LGBTfóbica e reforçar os direitos dessa população; um para contribuir com a elaboração de um Plano Nacional voltado para a temática de Empresas e Direitos Humanos, a partir da realização de uma avaliação de base sobre a temática no país. Por fim, foi proposto um projeto para organizar a Comemoração dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

15

Projeto 1 – Instituir a Escola Nacional de Educação em Direitos Humanos.

Nível de monitoramento – Diretor (a)

A SNC, por meio da sua Coordenação Geral de Educação em Direitos Humanos-CGEDH, tem envidado esforços objetivando a implantação da Escola Nacional de Educação em Direitos Humanos para oferecer formação em direitos humanos na modalidade EAD, com início de suas atividades previsto para o ano de 2018, com três cursos de curta duração.

Os objetivos específicos da Escola “são baseados no PNEDH e no PNDH III para promover o conhecimento sobre direitos humanos para a transformação social, desenvolver a autonomia e emancipação do sujeito de direitos, implementar processos de sensibilização e formação de consciência crítica. Além disso, ampliar o alcance das políticas públicas. Objetiva ainda, oferecer um parâmetro metodológico sobre o que se entende e o que é Educação em Direitos Humanos, para que o discurso não fique numa disparidade, onde cada um tem uma referência própria sobre o tema.” (ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNEDH).

Sua concepção, inspirada no modelo da Escola Nacional do SINASE-ENS, contempla a atuação efetiva do MDH, oferecendo conteúdos que abordem o PNEDH, PNDH-3, Diretrizes. Também atenderá as demandas para a qualificação e formação de conselheiros. Como resultados dessa ação, a Escola foi oficialmente lançada em outubro de 2017, tendo a SNC consolidado parceria com a ENAP em dezembro, para a execução do projeto. A elaboração dos módulos dos cursos estão em fase intermediária de execução, com previsão de conclusão para março de 2018.

AVANÇO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES

- **1.1 – Pactuar Parceria.**

Entrega prevista: Acordo Assinado.

Atividade iniciada em jun/17

Término previsto para dez/17

Responsável pela atividade: Fernanda Brito

Histórico da implementação: A parceria foi negociada durante um bom período com a Universidade de Brasília, no entanto, a parceria não conseguiu ser concretizada. Tendo isso em vista e considerando a experiência em disponibilização de cursos à distância, em novembro, foi assinado um protocolo de intenções com a ENAP a fim de firmar a parceria. Em Dezembro, foi assinado Termo de Execução Descentralizada e o recurso foi disponibilizado à ENAP.

Resultado: Parceria firmada.

Percentual de Execução: 100 %

- 1.2 - Produzir módulos de conteúdo.

Entrega prevista: 6 módulos produzidos.

Atividade iniciada em jun/17

Término previsto para mar/18

Responsável pela atividade: Fernanda Brito

Histórico da implementação: Em julho, foram contratados consultores para elaborar conteúdos para os cursos a serem disponibilizados pela Escola, no entanto, nenhum módulo ficou pronto até o momento.

Resultado: Nenhum dos 6 módulos foi produzido até dez/17.

Percentual de Execução: 0 %

- 1.3 - Lançar a Escola.

Entrega prevista: Evento de lançamento realizado.

Atividade iniciada em out/17

Término previsto para out/17

Responsável pela atividade: Fernanda Brito

Histórico da implementação: Por conta do atraso no estabelecimento da parceria, o evento de assinatura somente foi realizado em dezembro. Está pendente o lançamento da Escola.

Resultado: Evento realizado de assinatura da parceria.

Percentual de execução: 50%

- 1.4 - Iniciar o processo de abertura para matrículas.

Entrega prevista: Matrículas realizadas nos 6 módulos.

Atividade iniciada em jan/18

Término previsto para dez/18

Responsável pela atividade: Thais Ribeiro / Danilo Vergani

Histórico da implementação: Atividade prevista para 2018.

Resultado: Atividade prevista para 2018.

Percentual de Execução: 0%

- 1.5 - Ofertar os módulos.

Entrega prevista: 6 módulos ofertados.

Atividade iniciada em fev/18

Término previsto para: dez/18

Responsável pela atividade: Thais Ribeiro / Danilo Vergani

Histórico da implementação: Atividade dependente do Lançamento da Escola.

Resultado: Atividade prevista para 2018.

Percentual de Execução: 0%

Projeto 2 - Formalizar o Pacto Nacional de Combate à LGBTfobia.

Nível de monitoramento – Diretor (a)

Tendo em vista os altos índices de violência sofrida pelo público LGBT foi proposto o Pacto Nacional de Enfretamento à Violência LGBTfóbica no país. É uma proposta do Governo Federal para articular ações que visem o enfrentamento da violência perpetrada contra a população LGBT. A proposta é tornar o Pacto um instrumento governamental, com envolvimento dos Governos Federal e Estaduais e Distrital, por meio de Termo de Adesão, para elaboração de ações que atuem no enfrentamento da violência LGBTfóbica, de maneira integrada e considerando a necessidade do esforço político de cada ente federado para mudança dessa situação.

No decorrer do segundo semestre de 2017 foram executadas diversas ações visando à promoção e à defesa dos direitos desta população, entre eles está o lançamento e a divulgação da campanha de mídia de combate à discriminação contra LGBT, o início da elaboração de relatórios sobre violência LGBTfóbica. Outras ações, que dependem de articulação com outras instâncias, encontram-se em estágio bem avançado, como por exemplo, SINESP, SINESPEN e Estados e Municípios que precisam validar o Pacto.

17

AVANÇO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES

- 2.1 - Elaborar campanha de mídia.
Entrega prevista: Campanha lançada
Atividade iniciada em jun/17
Término previsto para jun/17
Responsável pela atividade: Marina Reidel / Katia Guimarães / Eduardo Santarelo
Histórico da implementação: Em julho, foi feita confecção do material de divulgação da campanha e o mapeamento de coordenações estaduais, municipais e conselhos para realizar o envio. Em agosto foram enviados os exemplares da campanha a todas as Coordenações Estaduais, Municipais de Políticas LGBT e a todos os Conselhos LGBT estaduais. Após isso, iniciou-se a entrega dos materiais aos conselhos municipais.
Resultado: Campanha finalizada e material distribuído aos estados e municípios.
Percentual de Execução: 95%
- 2.2 - Produzir relatórios sobre violência LGBT.
Entrega prevista: 4 produtos de consultoria
Atividade iniciada em jun/17
Término previsto para ago/18
Responsável pela atividade: Marina Reidel
Histórico da implementação: Consultor foi contratado em julho, sendo que seu primeiro Produto foi entregue em outubro e o segundo, em dezembro.
Resultado: 2 produtos entregues.
Percentual de execução: 60%
- 2.3 - Articular a inserção do campo LGBT no SINESP - Secretaria Nacional de Segurança Pública e SISDEPEN - Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional.
Entrega prevista: Campo LGBT inserido no SINESP e no SiSDEPEN.
Atividade iniciada em jun/17
Término previsto para dez/18
Responsável pela atividade: Marina Reidel

Histórico da implementação: Em julho, foram realizadas duas reuniões com o MJ para concretização da ação. Em agosto, foi enviado material contendo informação sobre as demandas de atualização dos sistemas à SENASP no que se referia ao público LGBT. Em dezembro, a SENASP apresentou no CNCD/LGBT as adaptações realizadas. Falta fazer a capacitação dos utilizadores dos Sistemas.

Resultado: Adaptações realizadas nos Sistemas.

Percentual de execução: 40%

- 2.4 - Elaborar minuta de Pacto Interfederativo de Enfrentamento à Violência LGBTfóbica.

Entrega prevista: Documento contendo minuta final do Pacto.

Atividade iniciada em jun/17

Término previsto para out/17

Responsável pela atividade: Marina Reidel / Katia Guimarães

Histórico da implementação: A consultora para elaborar o documento foi contratada em julho. Em agosto, ela apresentou a primeira minuta do Pacto à Secretária Nacional de Cidadania e alguns ajustes foram realizados. Em setembro, a minuta do Pacto foi apresentada na reunião de gestores estaduais da política de direitos humanos. Em outubro, a consultora iniciou visitas aos estados para colher informações e aprimorar o documento. Em novembro, foi entregue o segundo produto da consultora e em dezembro, foi entregue terceiro. Ela segue visitando os estados para aprimorar a elaboração do documento.

Resultado: Minuta foi elaborada e visita aos estados em andamento.

Percentual de execução: 75%

- 2.5 - Articular com CNCD - Conselho Nacional de Combate a Discriminação/LGBT a validação do Pacto.

Entrega prevista: Minuta validada pelo CNCD/LGBT.

Atividade iniciada em set/17

Término previsto para dez/17

Responsável pela atividade: Katia Guimarães

Histórico da implementação: Em dezembro, houve a apresentação e discussão sobre o Pacto no Pleno do CNCD/ LGBT. No entanto, a validação da versão final ficará somente para 2018.

Resultado: Minuta inicial apresentada e discutida no Conselho.

Percentual de execução: 50%

- 2.6 - Articular com gestores responsáveis pela pauta LGBT a validação do Pacto.

Entrega prevista: Minuta validada pelos gestores.

Atividade iniciada em out/17

Término previsto para mar/18

Responsável pela atividade: Marina Reidel / Eduardo Santarelo

Histórico da implementação: Em julho, Gestores foram comunicados sobre o início da elaboração do pacto. Em setembro, minuta de metodologia para elaboração do pacto foi apresentada na reunião de gestores da política de direitos humanos e desde outubro a consultora está realizando visitas aos estados para colher subsídios para aprimorar o documento já elaborado, a partir das realidades locais.

Resultado: Minuta em fase de finalização.

Percentual de execução: 50%

- 2.7 - Articular com Estados e Municípios a validação do Pacto.
Entrega prevista: Minuta validada.
Atividade iniciada em out/17
Término previsto para mar/18
Responsável pela atividade: Marina Reidel / Eduardo Santarelo
Histórico da implementação: Em julho, Gestores foram comunicados sobre o início da elaboração do pacto. Em setembro, minuta de metodologia para elaboração do pacto foi apresentada na reunião de gestores da política de direitos humanos e desde outubro a consultora está realizando visitas aos estados para colher subsídios para aprimorar o documento já elaborado, a partir das realidades locais.
Resultado: Em articulação com estados.
Percentual de execução 50%
- 2.8 - Lançar Pacto Interfederativo de Enfrentamento à Violência LGBTfóbica.
Entrega prevista: Evento de lançamento realizado.
Atividade iniciada em nov/17
Término previsto para mai/18
Responsável pela atividade: Marina Reidel / Katia Guimarães / Eduardo Santarelo
Histórico da implementação: Atividade depende da finalização das visitas aos estados.
Resultado: Atividade não iniciada.
Percentual de execução: 0%
- 2.9 - Monitorar trimestralmente o Pacto.
Entrega prevista: Relatórios trimestrais realizados.
Atividade iniciada em mai/18
Término previsto para dez/18
Responsável pela atividade: Marina Reidel
Histórico da implementação: Atividade depende da ação anterior.
Resultado: Atividade prevista para 2018.
Percentual de execução: 0%

Projeto 3 - Elaborar e implantar nova concepção de metodologia da Política Nacional para a População em Situação de Rua.

Nível de monitoramento – Departamento

A Política Nacional para a População em Situação de Rua, instituída pelo Decreto 7.053/2009, visa ao enfrentamento às violações dos direitos sofridas pela População em Situação de Rua, em função da discriminação, da invisibilidade, e das violências institucionais e sociais às quais encontra-se exposta cotidianamente.

A parceria deste MDH com a sociedade civil organizada, por meio da representação das entidades que lutam pela visibilidade, acesso às políticas públicas e dignidade da população em situação de rua, tem garantido avanços na ampliação e garantia dos direitos desta população. Esta parceria atualmente mostra-se fundamental, no momento em que se discute a proposta de construção de um novo modelo de política de atendimento a este público, no qual a garantia à moradia como direito humano e garantidora de outros direitos passa a ter centralidade nas ações do Governo Federal.

Um dos maiores desafios deste projeto é a implantação de uma nova concepção de metodologia da política voltada para a população de rua no Brasil, que tem como ideia central a implantação de serviço de moradia transitória no âmbito do SUAS-Sistema Único de Assistência Social.

AVANÇO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES

- 3.1 - Elaborar proposta de serviço de moradia transitória no âmbito do SUAS - Sistema Único de Assistência Social.

Entrega prevista: Proposta elaborada.

Atividade iniciada em jun/17

Término previsto para dez/17

Responsável pela atividade: Carlos Ricardo Júnior / Francisco Nascimento

Histórico da implementação: Em julho, foi realizada a pactuação com equipes técnicas sobre a proposta. Em agosto, realizou-se a definição das cidades para realização dos projetos piloto (São Paulo e Fortaleza). Foi realizada também uma reunião de definição sobre estrutura dos empreendimentos imobiliários e adaptações do trabalho social. Em setembro, houve a apresentação da proposta na Mesa de Deliberação com a sociedade civil e na plenária do CIAMP-Rua, com aprovação em ambos os espaços. Em outubro, aconteceu uma reunião entre MCidades, MDH e MDS sobre detalhes técnicos do projeto piloto e preparação para a reunião do dia 30/10 com a gestão e equipe técnica de São Paulo para a implantação do projeto piloto. Em novembro foi realizada uma reunião entre as pastas de Habitação, Assistência Social e Direitos Humanos com a participação de técnicos e secretários nacionais e do município de São Paulo para pactuação do projeto piloto. Em dezembro o Projeto apresentado ao Ministério do Planejamento e está aguardando aprovação.

Resultado: Reuniões de articulação realizadas.

Percentual de execução: 60%

- 3.2 - Articular a elaboração e publicação de normativas interministeriais para execução de serviço de moradia transitória.

Entrega prevista: 3 Normativas publicadas.

Atividade iniciada em jun/17

Término previsto para jun/18

Responsável pela atividade: Carlos Ricardo Júnior / Francisco Nascimento

Histórico de implementação: Atividade dependente da atividade anterior.

Resultado: Atividade dependente da atividade anterior.

Percentual de execução: 0%

- 3.3 - Elaborar publicação com experiências de referência sobre inclusão da população em situação de rua nos modelos de moradia no Brasil e Europa.

Entrega prevista: Publicação finalizada e distribuída.

Atividade iniciada em jan/18

Término previsto para out/18

Responsável pela atividade: Carlos Ricardo Júnior / Francisco Nascimento

Histórico de implementação: Em outubro o TR foi elaborado e lançado no sistema e aguarda aprovação da cooperação internacional. Em dezembro o Cronograma de Atividades estava em revisão.

Resultado: Consolidação da ação está prevista para 2018.
Percentual de execução: 30%

- 3.4 - Realizar Seminário Internacional de Habitação para População em Situação de Rua.
Entrega prevista: Seminário realizado.
Atividade iniciada em fev/18
Término previsto para dez/18
Responsável pela atividade: Carlos Ricardo Júnior / Francisco Nascimento
Histórico de implementação: Projeto aprovado nos Diálogos Setoriais, em julho. Não houve avanço nos meses seguintes.
Resultado: Consolidação da ação está prevista para 2018.
Percentual de execução: 10%

- 3.5 - Elaborar minuta de alteração do PL 5740/2016 da PNPSR - Política Nacional para População em Situação de Rua.
Entrega prevista: Minuta elaborada.
Atividade iniciada em jul/18
Término previsto para dez/18
Responsável pela atividade: Carlos Ricardo Júnior / Francisco Nascimento
Histórico de implementação: A Minuta do PL depende das atividades anteriores.
Resultado: Consolidação da ação está prevista para 2018.
Percentual de execução: 0%

Projeto 4 - Realizar busca e identificação de desaparecidos políticos.

Nível de monitoramento – Departamento

O projeto prevê a realização das atividades relacionadas à busca, localização e identificação de desaparecidos políticos, nos termos da Lei nº 9.140/1995. As atividades incluem pesquisa documental, de campo, coleta de amostras de material genético, exames antropológicos, levantamento ante mortem, exumações e outras diligências investigativas. O projeto contempla também ações de preservação da Memória das graves violações de Direitos Humanos praticadas durante a ditadura militar (1964-1985), com foco no estabelecimento de espaços de memória e cultura voltados à não repetição e ao cumprimento das recomendações da Comissão Nacional da Verdade.

Como principais resultados desta ação, tivemos a publicação da Portaria nº 99, de 06 de junho de 2017, que trata de criação da Equipe de Investigação sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (EIMDP), assinatura da carta acordo com ICMP – International Commission on Missing Persons, que permitirá a análise científica dos restos mortais localizados na Vala Clandestina do Cemitério de Perus. Parte das amostras já foi encaminhada para o ICMP.

AVANÇO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES

- 4.1 - Publicar Portaria de criação da Equipe de Investigação sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (EIMDP).
Entrega prevista: Portaria publicada.
Atividade iniciada em jul/17
Término previsto para jul/17

Responsável pela atividade: Cristina P. Schein
Histórico de implementação: Publicada Portaria nº 99, de 06 de junho de 2017.
Resultado: Publicada Portaria nº 99, de 06 de junho de 2017.
Percentual de execução: 100%

- 4.2 - Assinar carta acordo com ICMP –International Commission on Missing Persons.
Entrega prevista: Carta acordo assinada e extrato publicado.
Atividade iniciada em set/17
Término previsto para dez/18
Responsável pela atividade: Cristina P. Schein
Histórico de implementação: Em julho, documento foi enviado para o ICMP, em seguida será remetido para a SCN e PNUD; Em setembro, a Carta acordo foi assinada e o extrato publicado.
Resultado: Carta acordo foi assinada e o extrato publicado.
Percentual de execução: 100%
- 4.3 - Enviar amostras de restos mortais para análise do ICMP – International Commission Missing Persons.
Entrega prevista: 5 lotes de remessas enviados.
Atividade iniciada em set/17
Término previsto para dez/18
Responsável pela atividade: Cristina P. Schein
Histórico de implementação: Em setembro foram enviadas 100 amostras.
Resultado: 1 lote com 100 amostras enviados em setembro.
Percentual de execução: 20%
- 4.4 - Finalizar a etapa post-mortem das análises dos restos mortais oriundos da Vala clandestina de Perus, no âmbito do Grupo de Trabalho Perus.
Entrega prevista: Etapa post-mortem finalizada.
Atividade iniciada em jun/17
Término previsto para dez/18
Responsável pela atividade: Cristina P. Schein
Histórico de implementação: Em julho foram analisadas 628 caixas contendo restos mortais. De agosto a novembro foram analisadas mais 163 caixas. Não houve avanço em dezembro.
Resultado: 791 caixas analisadas.
Percentual de execução: 76%
- 4.5 - Receber os primeiros 300 resultados genéticos (GTP - Grupo de Trabalho Perus).
Entrega prevista: Resultados recebidos.
Atividade iniciada em set/17
Término previsto para dez/18
Responsável pela atividade: Cristina P. Schein
Histórico de implementação: Atividade depende da atividade 4.4.
Resultado: Sem resultado.
Percentual de execução: 0%

- 4.6 - Reinstaurar o GTA - Grupo de Trabalho Araguaia.
Entrega prevista: Portaria publicada.
Atividade iniciada em set/17
Término previsto para set/17
Responsável pela atividade: Cristina P. Schein
Histórico de implementação: Publicada Portaria n.º 133 de 07 em julho de 2017.
Resultado: Publicada Portaria n.º 133 em 07 de julho de 2017.
Percentual de execução: 100%

- 4.7 - Realizar expedições de busca e investigação do GTA - Grupo de Trabalho Araguaia.
Entrega prevista: 1 expedição realizada.
Atividade iniciada em out/17
Término previsto para out/18
Responsável pela atividade: Cristina P. Schein
Histórico de implementação: Atividade foi transferida para 2018, por falta de recursos.
Resultado: Atividade foi transferida para 2018, por falta de recursos.
Percentual de execução: 0%

- 4.8 - Articular a criação de espaço de Memória na Casa Azul - Marabá – PA.
Entrega prevista: Local de memória criado.
Atividade iniciada em jun/17
Término previsto para dez/18
Responsável pela atividade: Cristina P. Schein
Histórico de implementação: Em julho a área responsável pela atividade realizou várias reuniões com o DNIT, porém não houve avanço até o momento.
Resultado: Algumas articulações foram realizadas, mas ainda não prosperaram.
Percentual de execução: 30%

- 4.9 - Articular espaço institucional para o debate e monitoramento das recomendações da CNV - Comissão Nacional da Verdade.
Entrega prevista: Espaço institucional formalmente instalado e em funcionamento.
Atividade iniciada em jul/17
Término previsto para dez/18
Responsável pela atividade: Cristina P. Schein
Histórico de implementação: As articulações com o MDH iniciaram em julho, porém não houve avanço nos meses seguintes.
Resultado: As articulações com o MDH ainda não prosperaram.
Percentual de execução: 30%

Projeto 5 – Erradicar o sub-registro civil com atendimento adequado das populações prioritárias.

Nível de monitoramento – Departamento

Na última década, o Governo Federal vem realizando uma ampla mobilização nacional para a erradicação do sub-registro civil de nascimento, com base no Plano Nacional para o Registro Civil de Nascimento. Essa iniciativa imprimiu um movimento constante de queda da taxa percentual de sub-registro estimado de nascidos, recuperou registros tardios e incentivou estados e municípios a efetivarem ações permanentes, enfatizando a região Norte e o semiárido brasileiro

e também as populações de menor acesso aos serviços como indígenas, quilombolas, ribeirinhos, comunidades rurais e que vivem longe da sede dos serviços.

A partir de 2007, o replanejamento do tema ganhou prioridade no âmbito da Agenda Social do Governo Federal com o Decreto 6.289 de 6 de dezembro de 2007 que estabeleceu o “Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica”, formalizando a intensa articulação interministerial e a parceria com estados, municípios, empresas estatais e a sociedade civil.

Neste sentido, o projeto prevê ações articuladas voltadas à promoção do registro civil de nascimento e da documentação básica, com foco em processos dialógicos e formativos junto aos órgãos estaduais e nacionais relacionados ao tema.

Mesmo com os bons resultados já alcançados até aqui, os desafios ainda são grandes. Os maiores números absolutos de pessoas sem certidão de nascimento concentram-se em grandes cidades, ao mesmo tempo em que a ausência de cartórios em diversos municípios e as longas distâncias a serem percorridas até eles afetam principalmente a população que vive afastada dos grandes centros urbanos ou em comunidades tradicionais.

Ao longo deste semestre, o projeto desenvolveu-se de forma bastante satisfatória, tendo como desafio para 2018 a conclusão exitosa do projeto.

A atuação da Secretaria nessa pauta tem como estratégia o fortalecimento das ações de registro civil de nascimento com foco nas populações mais vulneráveis, como indígenas, quilombolas, ribeirinhos, população em situação de rua, população carcerária, entre outros. Prevê-se como ações principais: identificar áreas prioritárias de atuação por meio do uso das informações obtidas pela análise dos dados existentes nas bases de dados e cadastros sociais existentes; realizar ações regionais de promoção do registro de nascimento de populações vulneráveis juntamente com parceiros estratégicos (Ministério do Desenvolvimento Social, DEPEN - Departamento Penitenciário Nacional, Secretaria Especial de Agricultura Familiar, UNICEF - Fundos das Nações Unidas para Crianças).

AVANÇO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES

- 5.1 - Qualificar as informações sobre sub-registro de populações prioritárias.

Entrega prevista: 3 Boletins Semestrais entregues.

Atividade iniciada em jun/17

Término previsto para dez/18

Responsável pela atividade: Thiago Garcia

Histórico de implementação: O primeiro Boletim Semestral foi entregue no mês de julho. Em outubro, foi realizada apresentação sobre as atividades do Subcomitê Técnico durante o VIII Encontro (24 à 26.10). Em novembro o Subcomitê Técnico se reuniu no dia 20/11 para construção do Plano de Trabalho para 2018 e pactuação do formato de apresentação dos relatórios de trabalho, com previsão de novo boletim em março de 2018.

Resultado: O primeiro Boletim Semestral foi entregue no mês de julho e o segundo está previsto para março de 2018.

Percentual de execução: 66%

- 5.2 - Realizar Oficinas Temáticas para elaboração de fluxos e diretrizes específicas por grupo prioritário.

Entrega prevista: 9 Oficinas Temáticas realizadas; 9 diretrizes pactuadas e publicadas.

Atividade iniciada em jun/17

Término previsto para dez/18

Responsável pela atividade: Thiago Garcia

Histórico de implementação: 4 oficinas realizadas em agosto, outubro, novembro e dezembro.

Resultado: 4 oficinas realizadas.

Percentual de execução: 44%

- 5.3 - Articular com os comitês gestores estaduais e municipais de RCN - Registro Civil de Nascimento a elaboração de fluxos de atendimento e a realização de mutirões.

Entrega prevista: 30 Fluxos pactuados e 40 Mutirões realizados.

Atividade iniciada em jun/17

Término previsto para dez/17

Responsável pela atividade: Thiago Garcia

Histórico de implementação: Em dezembro os convênios do MT, MS e AM foram prorrogados e encontram-se em fase de repactuação do cronograma de ações.

Resultado: Houve avanço.

Percentual de execução: 66%

- 5.4 - Publicar materiais sobre RCN - Registro Civil de Nascimento e DB - Documentação Básica.

Entrega prevista: 03 Publicações entregues.

Atividade iniciada em jun/17

Término previsto para dez/18

Responsável pela atividade: Thiago Garcia

Histórico de implementação: De julho a outubro a área elaborou materiais visando a concepção das publicações. Em dezembro está em fase de conclusão o Livro de 10 Anos da Política Nacional de RCN e DB e do Caderno de Gestores. Definiu-se pela alteração no formato inicialmente pensado dos *Folders* GPTES, para Cartilhas, com ampliação do conteúdo. Teor e composição das cartilhas referentes aos GPTES quilombolas, ribeirinhos e extrativistas já validados junto aos seus representantes, aguardando publicação. Cartilhas referentes aos GPTES em situação de rua e privação de liberdade, em fase de conclusão dos seus conteúdos e composição da arte para impressão.

Resultado: Nenhum material publicado.

Percentual de execução: 0%

Projeto 6 – Celebração dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)

Nível de monitoramento – Secretária

Em 10 de dezembro de 1948, foi aprovada a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), cujo preâmbulo enfatiza que “o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo”. O Artigo I afirma que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade” (DUDH).

O PNDH-3 se constitui numa importante ferramenta para consolidação dos direitos humanos como política pública. O Brasil avançou na materialização das orientações que possibilitam a

concretização e a promoção dos Direitos Humanos. Configura-se como amplo avanço a interministerialidade de suas diretrizes, de seus objetivos estratégicos e de suas ações programáticas.

Em 2018, a DUDH completará 70 anos de aprovação e o MDH se prepara para organizar as celebrações.

Algumas ações estão bastante avançadas e espera-se concluir as demais para que, em dezembro de 2018, possamos celebrar os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

AVANÇO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES

- 6.1 - Encaminhar proposta de Decreto para instituição de Comissão Nacional para coordenar as celebrações.
Entrega prevista: Proposta encaminhada.
Atividade iniciada em ago/17
Término previsto para set/17
Responsável pela atividade: Herbert Barros
Histórico de implementação: Em agosto, foi iniciada a elaboração da proposta. Em setembro, foi apresentada minuta de Decreto e de portaria à Secretária e à Ministra.
Resultado: Minuta realizada.
Percentual de execução: 50%
- 6.2 - Realizar a Assinatura do Decreto.
Entrega prevista: Decreto assinado.
Atividade iniciada em dez/17
Término previsto para dez/17
Responsável pela atividade: Herbert Barros
Histórico de implementação: Atividades não iniciadas.
Resultado: Nenhum.
Percentual de execução: 0%
- 6.3 - Mapear iniciativas de Direitos Humanos pré-agendadas para vinculá-las às celebrações (da SNC e de outros atores).
Entrega prevista: Mapeamento realizado.
Atividade iniciada em dez/17
Término previsto para fev/18
Responsável pela atividade: Herbert Barros
Histórico de implementação: Atividades não iniciadas.
Resultado: Nenhum.
Percentual de execução: 0%
- 6.4 - Propor iniciativas específicas da SNC para as celebrações.
Entrega prevista: Iniciativas propostas.
Atividade iniciada em out/17
Término previsto para dez/17
Responsável pela atividade: Herbert Barros
Histórico de implementação: Atividades não iniciadas.
Resultado: Nenhum.
Percentual de execução: 0%

- 6.5 - Conceber e propor conjunto de ações vinculadas à DUDH - Declaração Universal de Direitos Humanos a órgãos públicos federais, a governos estaduais e municipais, a colegiados e a organizações da sociedade civil.

Entrega prevista: Propostas definidas; propostas enviadas.

Atividade iniciada em fev/18

Término previsto para abr/18

Responsável pela atividade: Herbert Barros

Histórico de implementação: Atividades não iniciadas.

Resultado: Proposta não iniciada.

Percentual de execução: 0%

- 6.6 - Realizar cerimônia de celebração dos 70 anos da DUDH - Declaração Universal de Direitos Humanos.

Entrega prevista: Cerimônia realizada.

Atividade iniciada em set/17

Término previsto para dez/17

Responsável pela atividade: Herbert Barros

Histórico de implementação: Em novembro as propostas de decreto e portaria foram apresentadas à Ministra, porém falta elaborar Exposição de Motivos. Destaque para a proposta de declarar o ano de 2018 como o ano da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Resultado: Proposta não iniciada.

Percentual de execução: 0%

Projeto 7 – Implementar o Pacto Nacional Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade, da Paz e dos Direitos Humanos.

Nível de monitoramento – Secretária

O Pacto prevê a inserção e a implementação da Educação em Direitos Humanos nas Instituições de Ensino Superior para a promoção e a defesa dos Direitos Humanos, por intermédio da conjugação de esforços dos participantes - de acordo com sua natureza institucional – mediante a formulação, implementação, monitoramento e disseminação de medidas fundamentadas na universalidade, indivisibilidade e transversalidade dos Direitos Humanos. Aberto à adesão das Instituições de Educação Superior (IES) e de Entidades Apoiadoras (EAs), o objetivo do Pacto é superar a violência, o preconceito e a discriminação, e promover atividades educativas de promoção e defesa dos direitos humanos nas IES. Estão abrangidas no escopo do Pacto ações que envolvem os eixos de ensino, pesquisa, extensão, gestão e convivência.

Entre as ações previstas no projeto destaca-se a criação da metodologia de segmentação e aproximação com Entidades Apoiadoras (EAs), concluída em 2017, e a articulação com potenciais Entidades Apoiadoras (EAs).

Como avanço alcançado no último semestre, podemos citar: a elaboração de metodologia de segmentação e aproximação com entidades apoiadoras, as 30 adesões já existentes, os 9 planos de atuação elaborados. No que tange ao monitoramento das ações implementadas pelas entidades apoiadoras, 3 relatórios de acompanhamento foram elaborados.

AVANÇO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES

- 7.1 - Criar metodologia de segmentação e aproximação com Entidades Apoiadoras (EAs).
Entrega prevista: Metodologia concebida.
Atividade iniciada em jun/17
Término previsto para jun/17
Responsável pela atividade: Fernanda Brito / Thais Ribeiro
Histórico de implementação: Metodologia elaborada em junho.
Resultado: Metodologia elaborada, aguardando publicação no portal do MEC.
Percentual de execução: 100%
- 7.2 - Articular com potenciais Entidades Apoiadoras (EAs).
Entrega prevista: Adesões firmadas.
Atividade iniciada em jun/17
Término previsto para dez/18
Responsável pela atividade: Fernanda Brito / Thais Ribeiro / Victoriana
Histórico de implementação: Em julho, houve articulação para realização de reunião com organismos internacionais em andamento, entre outras mobilizações junto às 27 unidades da federação; Em agosto houve 30 adesões. Não houve avanço nos meses seguintes.
Resultado: 30 adesões até 11/12/17.
Percentual de execução: 75%
- 7.3 - Auxiliar a criação dos Planos de Atuação.
Entrega prevista: 40 planos elaborados.
Atividade iniciada em jun/17
Término previsto para dez/18
Responsável pela atividade: Fernanda Brito / Thais Ribeiro
Histórico de implementação: Em julho, 9 planos foram elaborados. Informação mantida até novembro. Em dezembro o documento referencial para apoiar elaboração de planos de atuação foi elaborado e compartilhado com entidades apoiadoras via e-mail. Posição em 11/12/12: 9 planos disponibilizados no Portal.
Resultado: 9 planos elaborados.
Percentual de execução: 23%
- 7.4 - Criar metodologia de monitoramento dos planos de atuação.
Entrega prevista: Metodologia concebida.
Atividade iniciada em jun/17
Término previsto para nov/18
Responsável pela atividade: Fernanda Brito / Thais Ribeiro
Histórico de implementação: O desenvolvimento da metodologia foi iniciado no mês de julho. Não houve avanço nos meses seguintes.
Resultado: Metodologia em desenvolvimento.
Percentual de execução: 50%
- 7.5 - Apoiar a realização de 50 ações concretas das Entidades Apoiadoras (Eas).
Entrega prevista: 3 relatórios de acompanhamento das ações implementadas.
Atividade iniciada em nov/17
Término previsto para dez/18

Responsável pela atividade: Fernanda Brito / Thais Ribeiro/ Victoriana
Histórico de implementação: Primeiro relatório em processo de elaboração.
Resultado: Nenhum relatório entregue.
Percentual de execução: 0%

- 7.6 - Monitorar semestralmente a implementação do Pacto.
Entrega prevista: 3 relatórios semestrais elaborados e divulgados.
Atividade iniciada em jun/17
Término previsto para dez/18
Responsável pela atividade: Fernanda Brito / Thais Ribeiro
Histórico de implementação: Primeiro relatório enviado ao MEC, em julho e aguardando publicação no portal. Não houve avanço nos meses seguintes.
Resultado: Primeiro relatório enviado ao MEC, em julho e aguardando publicação no portal.
Percentual de execução: 20%

Projeto 8 – Realizar a 12ª Mostra Cinema e Direitos Humanos

Nível de monitoramento – Departamento

Trata-se de ação prevista no Eixo Orientador V "Educação e Cultura em Direitos Humanos" do Programa Nacional de Direitos Humanos – 3 (PNDH-3), além dos aspectos destacados no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH).

A Mostra Cinema e Direitos Humanos no Mundo é uma iniciativa de promoção da cultura e da educação em direitos humanos por meio da linguagem cinematográfica, apresentando obras que discutem temas atuais de Direitos Humanos.

Em 2018 a Mostra deverá acontecer entre os meses de março e dezembro e será organizada pelo Instituto Cultura em Movimento (ICEM), que ficará responsável pela execução das demais ações, com acompanhamento e supervisão da SNC.

AVANÇO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES

- 8.1 - Publicar edital de seleção da produtora nacional.
Entrega prevista: Edital Publicado.
Atividade iniciada em jul/17
Término Previsto para out/17
Responsável pela atividade: Thais Ribeiro
Histórico de implementação: Minuta de edital encaminhada em julho para a AGU. Aguardando Parecer AGU/MDH. Edital publicado no dia 3/10/2017 - Edital de Chamamento Público nº 01/2017.
Resultado: Edital publicado.
Percentual de execução: 100%
- 8.2 - Firmar parceria com entidade produtora.
Entrega prevista: Parceria firmada.
Atividade iniciada em set/17
Término previsto para nov/18
Responsável pela atividade: Thais Ribeiro

Histórico de implementação: Em novembro o resultado final do edital foi publicado. Em dezembro a documentação da entidade selecionada foi recebida. O acordo de Cooperação está em elaboração para assinatura.

Resultado: Nenhum. Depende de atividades anteriores.

Percentual de execução: 50%

- 8.3 - Apresentar projeto para Lei Rouanet.

Entrega prevista: Projeto enviado.

Atividade iniciada em set/17

Término previsto para nov/18

Responsável pela atividade: Thais Ribeiro

Histórico de implementação: Em julho foram mapeados os desafios e oportunidades. Em novembro, o Projeto foi inscrito e encontra-se em fases de ajustes/diligências. Em dezembro, o projeto foi convertido em projeto cultural com PRONAC, o que permite o início da captação de recursos pela organização da sociedade civil selecionada.

Resultado: Projeto inscrito e realizado.

Percentual de execução: 100%

- 8.4 - Prospectar recursos junto a patrocinadores.

Entrega prevista: Recursos Captados.

Atividade iniciada em set/17

Término previsto para mar/18

Responsável pela atividade: Thais Ribeiro

Histórico de implementação: Em dezembro foi captado R\$ 208.000,00 via emenda parlamentar em andamento.

Resultado: Pouco avanço.

Percentual de execução: 10%

- 8.5 - Realizar Circuito Principal.

Entrega prevista: Circuito principal realizado.

Atividade iniciada em mar/18

Término previsto para dez/18

Responsável pela atividade: Thais Ribeiro

Histórico de implementação: Depende de atividades anteriores.

Resultado: Nenhum. Depende de atividades anteriores.

Percentual de execução: 0%

- 8.6 - Realizar Circuito Difusão.

Entrega prevista: Circuito difusão realizado.

Atividade iniciada em mai/17

Término previsto para dez/18

Responsável pela atividade: Thais Ribeiro

Histórico de implementação: Depende de atividades anteriores.

Resultado: Nenhum. Depende de atividades anteriores.

Percentual de execução: 0%

Projeto 9 – Realizar avaliação de base sobre "Empresas e Direitos Humanos" para futura elaboração de Plano Nacional sobre a temática.

Nível de monitoramento – Departamento

O PNDH-3, estabelece o compromisso do Estado de levar a cabo ações que pudessem cobrar das empresas o respeito pelos Direitos Humanos, ao estabelecer, no objetivo estratégico II da Diretriz 5 (afirmação dos princípios da dignidade humana e da equidade como fundamentos do processo de desenvolvimento nacional), duas ações programáticas: (a) instituir um código de conduta em Direitos Humanos para ser considerado no âmbito do poder público como critério para a contratação e financiamento de empresas; (b) ampliar a adesão de empresas ao compromisso de responsabilidade social e Direitos Humanos.

O Estado tem o dever de respeitar, proteger e implementar os direitos humanos das pessoas, e reparar eventuais danos decorrentes de violações cometidas em seu território e/ou sua jurisdição, inclusive por empresas. O Brasil já sinalizou intenção de desenvolver um Plano de Ação Nacional sobre Empresas e Direitos Humanos; ao mesmo tempo, há diversas iniciativas de diferentes atores governamentais relacionadas ao tema empresas e direitos humanos. A fim de impulsionar essa temática, assim como sistematizar iniciativas esparsas, o projeto prevê a realização de atividades voltadas para a elaboração, com ampla consulta pública, de uma avaliação de base sobre atuação empresarial em matéria de direitos humanos.

Nesse contexto, a SNC incluiu em seu Plano do biênio 2017/2018 ações que pudessem corresponder a avaliação de base sobre Empresas e Direitos Humanos para futura elaboração de Plano Nacional sobre este tema e várias ações já foram iniciadas, conforme apresentadas a seguir.

AVANÇO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES

- **9.1 - Receber e analisar o produto do perito da União Europeia.**
Entrega prevista: Nota técnica sobre o produto recebido; Termo de recebimento de produto.
Atividade iniciada em jul/17
Término previsto para set/17
Responsável pela atividade: Victoriana
Histórico de implementação: Documento recebido em julho, comentários iniciados, no entanto, a nota técnica não foi elaborada. Nota Técnica enviada para a UE em outubro. Aguardando devolutiva da U.E.
Resultado: Nota técnica remetida para a UE.
Percentual de execução: 100%
- **9.2 - Formalizar parceria para elaboração de metodologia e sistematização da avaliação de base.**
Entrega prevista: Termo de Acordo firmado.
Atividade iniciada em jul/17
Término previsto para ago/17
Responsável pela atividade: Victoriana
Histórico de implementação: No mês de agosto, houve alteração no objeto do Acordo de Cooperação e foi enviado para a FGV. Em dezembro foram recebidos todos os exemplares das publicações impressas; o plano de distribuição foi iniciado (sem complementação da FGV); o lançamento em SP está previsto para fevereiro de 2018.
Resultado: Aguardando ação da FGV.
Percentual de execução: 35%

- 9.3 - Elaborar e implementar metodologia para sistematizar experiências e práticas na temática de empresas e direitos humanos.

Entrega prevista: Metodologia elaborada e implementada.

Atividade iniciada em set/17

Término previsto para set/18

Responsável pela atividade: Victoriana

Histórico de implementação: Documento em análise na FGV desde setembro. No momento, a organização do workshop está sob avaliação dos parceiros PCN, MRE e ENAP. Em dezembro o diálogo foi retomado com a FGV para construção de metodologia para avaliação, construção do ACT e instauração do Grupo de trabalho. O contato com a ENAP foi realizado para caminhar da metodologia aplicada por eles no Workshop, sem posicionamento da ENAP quanto ao seguimento.

Resultado: Documento em análise pela FGV.

Percentual de execução: 25%

- 9.4 - Elaborar documento de sistematização da avaliação de base sobre "empresas e direitos humanos", com contribuições recebidas em consulta pública.

Entrega prevista: Documento de Sistematização da avaliação de base elaborado; Consulta Pública realizada e contribuições incorporadas.

Atividade iniciada em set/17

Término previsto para dez/18

Responsável pela atividade: Victoriana

Histórico de implementação: Em agosto e setembro teve o acordo de cooperação com objeto alterado: para publicação de documento informativo sobre a temática de empresas e direitos humanos. ACT pronto, a ser enviado entre 25/08 e 28/08. A FGV iniciou o material para publicação. Em dezembro o diálogo foi retomado com a FGV para construção de metodologia para avaliação, construção do ACT e instauração do Grupo de trabalho. O contato com a ENAP foi realizado para caminhar da metodologia aplicada por eles no Workshop, sem posicionamento da ENAP quanto ao seguimento.

Resultado: A organização do workshop está sob avaliação dos parceiros PCN, MRE e ENAP.

Percentual de execução: 25%

Projeto 10 – Fortalecimento as discussões sobre Diversidade Religiosa e Estado Laico.

Nível de monitoramento – Departamento

A liberdade religiosa diz respeito ao direito tanto na escolha de determinada convicção ou tradição religiosa quanto o de não proferir religião alguma. A laicidade do Estado se institui como mecanismo democrático, pressuposto e garantia da liberdade de religião, filosofias, crenças, opiniões e convicções e de que todas as religiões possam conviver em igualdade.

Esta pauta ainda enfrenta diversas resistências nos mais diversos âmbitos da sociedade nacional e internacional. No entanto, já existem boas discussões iniciadas. Nesse sentido, busca-se, neste projeto o fortalecimento da discussão, levantando o tema junto à sociedade nacional e desmobilizando barreiras para avançar no tema, promovendo o respeito às mais distintas crenças e sensibilizando o Estado sobre a laicidade de sua função.

No último semestre foram envidados esforços para finalizar a publicação sobre o seminário nacional realizado em 2016 sobre diversidade religiosa. O lançamento do livro será realizado em 2018.

AVANÇO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES

- 10.1 - Produzir publicação sobre o seminário nacional realizado em novembro de 2016.
Entrega prevista: Publicação lançada.
Atividade iniciada em jun/17
Término previsto para dez/17
Responsável pela atividade: Thiago Garcia / Fernanda Martins
Histórico de implementação: Em julho o conteúdo já havia sido concluído. Em outubro, o texto havia sido aprovado pelos palestrantes. Em dezembro, o plano de distribuição foi realizado, a diagramação e identidade visual estão em andamento.
Resultado: Conteúdo concluído. Falta apenas a diagramação e impressão do material.
Percentual de execução: 60%
- 10.2 - Realizar Seminário internacional sobre diversidade religiosa e estado laico.
Entrega prevista: Evento realizado.
Atividade iniciada em jun/17
Término previsto para dez/18
Responsável pela atividade: Thiago Garcia / Fernanda Martins
Histórico de implementação: Atividade adiada para 2018.
Resultado: Atividade adiada para 2018.
Percentual de execução: 0%
- 10.3 - Produzir publicação sobre redações nota 1000 lançada em parceria com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).
Entrega prevista: Publicação lançada.
Atividade iniciada em jun/17
Término previsto para dez/18
Responsável pela atividade: Thiago Garcia / Fernanda Martins
Histórico de implementação: Contatos iniciais já foram feitos com o INEP, em julho. Até o momento, aguarda-se ação do INEP.
Resultado: Contatos iniciais já foram feitos com o INEP, em julho. Até o momento, aguarda-se ação do INEP. Articulações não prosperaram.
Percentual de execução: 20%
- 10.4 - Produzir repositório de jurisprudência sobre intolerância religiosa no Brasil.
Entrega prevista: Repositório lançado.
Atividade iniciada em jul/17
Término previsto para mar/18
Responsável pela atividade: Thiago Garcia / Fernanda Martins
Histórico de implementação: Seleção do consultor foi feita em julho. Primeiro produto foi entregue em outubro. Em novembro a consultora está em processo de consolidação dos dados das denúncias sistematizadas pelo Disque 100. Em dezembro acontece a compilação do repositório (contato com órgãos envolvidos).
Resultado: Primeiro produto foi entregue em outubro.
Percentual de execução: 10%

Objetivo 3: Fortalecer a Institucionalidade de Secretaria.

No intuito de fortalecer a institucionalidade da Secretaria Nacional de Cidadania foram propostos 4 projetos a serem implementados até o final de 2018. Foi previsto a instituição de um sistema de governança para embasar a tomada de decisão dos dirigentes; o mapeamento de processos estratégicos e da definição de fluxos prioritários da SNC, a instituição de mecanismos de preservação da memória institucional e o fortalecimento do relacionamento da secretaria com a rede de direitos humanos. Além disso, o objetivo é composto por um importante projeto de fortalecimento da atuação do Conselho Nacional de Direitos Humanos, vislumbrando seu credenciamento como Instituição Nacional de Direitos Humanos perante a ONU.

Projeto 1 - Implementação do sistema de governança

Nível de monitoramento – Secretária

34

A finalidade da instituição do modelo de governança na Secretaria Nacional de Cidadania é qualificar sua atuação, por meio da definição de uma gestão estratégica, que propicie o alcance dos resultados propostos no Planejamento das suas ações. Sendo composto por um conjunto de instâncias que ajudarão na tomada de decisão, o funcionamento do Sistema de Governança tem, ainda, como responsabilidade o aprimoramento de processos e fluxos e a preservação da memória institucional da Secretaria.

No último semestre foram publicadas as portarias de instituição do Sistema de Governança e de instituição do Planejamento realizado. Até dezembro de 2017, foram realizadas 10 reuniões do Comitê de Coordenação, Planejamento e Orçamento da Secretaria, bem como foram realizados 6 relatórios de monitoramento do Planejamento.

AVANÇO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES

- **1.1 - Instituir o Sistema de Governança da SNC e designar os membros de cada instância.**
Entrega prevista: Portaria de instituição do sistema de governança publicada; portaria de designação dos membros publicada.
Atividade iniciada em jun/17
Término previsto para jun/17
Responsável pela atividade: Caroline Reis
Histórico de implementação: Em julho as minutas de portaria estavam prontas. Em setembro, as portarias foram assinadas e publicadas. O CCP se reuniu mensalmente, ficando pendente a designação das Comissões.
Resultado: Portarias de governança e planejamento publicadas. Falta portaria de designação das Comissões.
Percentual de execução: 75%
- **1.2 - Monitorar o plano estratégico nas reuniões do CCP - Comitê de Coordenação e Planejamento.**
Entrega prevista: 18 Relatórios de monitoramento remetidos aos dirigentes.
Atividade iniciada em jun/17
Término previsto para dez/18
Responsável pela atividade: Caroline Reis
Histórico de implementação: 5 relatórios de monitoramento realizados e disponibilizados em pasta pública até dezembro, sendo o 6º este relatório semestral.
Resultado: 5 relatórios produzidos no semestre e o relatório semestral.
Percentual de execução: 25%

- 1.3 - Implementar instrumentos de preservação da memória institucional da SNC.
Entrega prevista: 2 Balanços anuais de atividades realizados e divulgados.
Atividade iniciada em dez/17
Término previsto para dez/18
Responsável pela atividade: Herbert Barros
Histórico de implementação: Em novembro foi realizado balanço de gestão da Secretária Flávia, contendo as ações implementadas ao longo de 2017. Além disso, foram realizados relatórios de implementação do planejamento.
Resultado: 1 balanço de gestão e um balanço de implementação do planejamento.
Percentual de execução: 50%
- 1.4 – Definir processos prioritários a serem mapeados até 2018.
Entrega prevista: 3 Processos prioritários definidos.
Atividade iniciada em ago/17
Término previsto para out/18
Responsável pela atividade: Herbert Barros
Histórico de implementação: Atividade não iniciada.
Resultado: Sem resultado até o momento.
Percentual de execução: 0%
- 1.5 - Mapear processos prioritários.
Entrega prevista: Processos mapeados e com propostas de aprimoramento.
Atividade iniciada em out/17
Término previsto para dez/18
Responsável pela atividade: Herbert Barros
Histórico de implementação: Atividade não iniciada.
Resultado: Sem resultado até o momento.
Percentual de execução: 0%
- 1.6 - Definir fluxos para aprimorar a gestão de crise.
Entrega prevista: Fluxo de gestão de crise definido.
Atividade iniciada em jul/17
Término previsto para set/18
Responsável pela atividade: Fabiana Gadelha
Histórico de implementação: Criado, em julho canal de acionamento emergencial e fluxo de informações rápidas junto aos programas de proteção e ouvidoria em situações emergenciais (Caso Pau D'Arco, PA) – a ser formalizado. Não houve avanço nos ultimo meses.
Resultado: Criado canal de acionamento emergencial e fluxo de informações rápidas junto aos programas de proteção e ouvidoria em situações emergenciais (Caso Pau D'Arco, PA) – a ser formalizado.
Percentual de execução: 5%

Projeto 2 – Implementar ações que garantam a institucionalidade, a autonomia administrativa e orçamentária do CNDH - Conselho Nacional de Direitos Humanos.

Nível de monitoramento Secretária

A consolidação da autonomia administrativa, de infraestrutura e orçamentária do CNDH em relação ao Ministério dos Direitos Humanos é essencial para assegurar a independência do Conselho Nacional de Direitos Humanos. Essa independência, por sua vez, se torna essencial para o credenciamento do Conselho como Instituição Nacional de Direitos Humanos, de acordo com os princípios de Paris.

Para avançar nesta questão, no último semestre foram realizadas articulação do Conselho com representantes do ACNUDH e do GAHRI sobre o credenciamento do CNDH como Instituição Nacional de Direitos Humanos e foi instalada Comissão Permanente de Monitoramento e Ações na Implementação das Obrigações Internacionais em matéria de Direitos Humanos, do CNDH, que trabalhou na elaboração do plano de atuação, com metas específicas, para o credenciamento como INDH.

36

AVANÇO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES

- **2.1 - Construir plano de ações com base nos requisitos necessários ao credenciamento como Instituição Nacional de Direitos Humanos.**

Entrega prevista: Plano de ação finalizado com metas de curto, médio e longo prazo.

Atividade iniciada em jun/17

Término previsto para dez/18

Responsável pela atividade: Renata Studart

Histórico de implementação: Em outubro a vice-presidente do CNDH foi a Genebra intensificando a articulação internacional do Conselho e realizou reuniões com representantes do ACNUDH e do GAHRI sobre o credenciamento do CNDH como INDH. Foi instalada a Comissão Permanente de Monitoramento e Ações na Implementação das Obrigações Internacionais em matéria de Direitos Humanos, do CNDH, que trabalhou na elaboração do plano de atuação, com metas específicas, para o credenciamento como INDH. Foi realizada reunião do Presidente do CNDH com o Secretário Executivo do MDH, que se comprometeu com o avanço. Não houve avanço nos últimos meses.

Resultado: A vice-presidente do CNDH foi a Genebra intensificando a articulação internacional do Conselho e realizou reuniões com representantes do ACNUDH e do GAHRI sobre o credenciamento do CNDH como INDH. Foi instalada a Comissão Permanente de Monitoramento e Ações na Implementação das Obrigações Internacionais em matéria de Direitos Humanos, do CNDH, que trabalhou na elaboração do plano de atuação, com metas específicas, para o credenciamento como INDH. Foi realizada reunião do Presidente do CNDH com o Secretário Executivo do MDH, que se comprometeu com o avanço da construção da autonomia do CNDH.

Percentual de execução: 60%

- **2.2 - Construir autonomia orçamentária do CNDH - Conselho Nacional de Direitos Humanos.**

Entrega prevista: Criação de ação orçamentária própria; captação de 600 mil reais provenientes de emendas parlamentares; elaboração do plano orçamentário para 2018.

Atividade iniciada em jun/17

Término previsto para dez/18

Responsável pela atividade: Renata Studart

Histórico de implementação: Em outubro, foram encaminhados ofícios a parlamentares solicitando a designação de emendas para este Conselho. Foi aprovada a Recomendação CNDH nº 08, de 25 de outubro de 2017, que recomenda ao Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e à Ministra de Estado dos Direitos Humanos, o cumprimento do art. 14 da Lei nº 12.986/2014, que dispõe sobre a conta de dotação orçamentária própria do CNDH.

Resultado: Foram encaminhados ofícios a parlamentares solicitando a designação de emendas para este Conselho. Foi aprovada a Recomendação CNDH nº 08, de 25 de outubro de 2017, que recomenda ao Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e à Ministra de Estado dos Direitos Humanos, o cumprimento do art. 14 da Lei nº 12.986/2014, que dispõe sobre a conta de dotação orçamentária própria do CNDH.

Percentual de execução: 15%

- 2.3 - Articular a inclusão do caráter autônomo e independente do CNDH - Conselho Nacional de Direitos Humanos em instrumento normativo específico.

Entrega prevista: Ato normativo específico publicado.

Atividade iniciada em jul/17

Término previsto para jun/18

Responsável pela atividade: Renata Studart

Histórico de implementação: Em agosto, quando decidida a inclusão desta atividade, o Decreto já estava em situação avançada de tramitação, não havendo tempo para elaboração e não sendo recomendado encaminhar alterações conforme as pleiteadas. A responsável pela atividade recomendou rever a atividade e buscar outro meio para viabilizar o que se almeja (Decreto específico e Portaria).

Resultado: Atividade será reavaliada.

Percentual de execução: 0%

- 2.4 - Realizar gestões junto aos órgãos competentes para apoiar a construção da autonomia administrativa do CNDH - Conselho Nacional de Direitos Humanos.

Entrega prevista: 04 Novos servidores requisitados; espaço próprio definido.

Atividade iniciada em jun/17

Término previsto para jun/18

Responsável pela atividade: Renata Studart

Histórico de implementação: Em setembro, a coordenação-geral recebeu uma servidora, mas perdeu um cargo de servidora sem vínculo; Em outubro, a coordenação fez um chamado de servidores interessados em trabalhar nesta lotação, sem gratificações ou cargos, e formalizou dois pedidos de requisição. Não houve avanço nos meses seguintes.

Resultado: Atividade em andamento.

Percentual de execução: 15%

- 2.5 - Realizar ações de divulgação, de preservação da memória institucional e de transparência da atuação do CNDH - Conselho Nacional de Direitos Humanos.

Entrega prevista: Site próprio criado e em funcionamento; Termo de cooperação assinado com IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Pesquisa sobre efetividade do CNDH - Conselho Nacional de Direitos Humanos realizada e publicada; 2 Relatórios anuais publicados; mil *flyers* distribuídos.

Atividade iniciada em jun/17

Término previsto para dez/18

Responsável pela atividade: Renata Studart

Histórico de implementação: Em setembro foi realizada uma reunião com a ASCOM do MDH e com a SECOM. Em dezembro após nova conversa com a Ascom do MDH, foi elaborado documento pela Coordenação Geral do CNDH para dar início às tratativas burocráticas que possibilitem a implementação do site.

Resultado: Atividade em início de execução.

Percentual de execução: 10%

Projeto 3 - Fortalecimento da atuação da Secretaria Nacional de Cidadania junto às redes de políticas de direitos humanos.

Nível de monitoramento Secretária

A promoção e defesa de direitos humanos demanda ações articuladas entre todas as esferas de governo e sociedade civil. Assim, se faz essencial que a Secretaria fortaleça sua articulação junto a todos os parceiros envolvidos com a causa, fortalecendo assim as redes de políticas de direitos humanos.

Como avanços do último semestre sobre a questão podemos citar a realização de Reunião de gestores estaduais de direitos humanos em setembro para apresentar o início da elaboração do Pacto Nacional de Combate à LGBTfobia, para lançar o pacto Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e para trocar informações gerais sobre a política de direitos humanos no país.

AVANÇO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES

- 3.1 - Organizar a atuação da SNC junto aos colegiados internos e externos.

Entrega prevista: Composição dos colegiados internos e externos à SNC revisada; Temas estratégicos definidos para incidência nos colegiados; 3 Reuniões dos representantes da SNC em conselhos realizadas.

Atividade iniciada em jun/17

Término previsto para dez/18

Responsável pela atividade: Caroline Reis

Histórico de implementação: Em julho iniciou levantamento da composição dos colegiados internos e externos à SNC em curso; Acompanhamento da pauta de reuniões dos colegiados e levantamento de temas estratégicos para incidência a ser despachado com Secretária. Não houve avanço nos últimos meses.

Resultado: Levantamento iniciado em julho encontra-se em andamento.

Percentual de execução: 10%

- 3.2 - Organizar encontros de gestores da política de direitos humanos.

Entrega prevista: 3 Encontros realizados.

Atividade iniciada em jun/17

Término previsto para dez/18

Responsável pela atividade: Fabiana Gadelha

Histórico de implementação: Foi realizada uma Reunião de gestores estaduais de direitos humanos em 12/09.

Resultado: Uma reunião realizada.

Percentual de execução: 33%

- 3.3 - Organizar atividades de Direitos Humanos no âmbito das competências da SNC junto ao poder legislativo.

Entrega prevista: 3 Audiências públicas e/ou seminários realizados em conjunto com o legislativo (out/2017; mar/2018 e ago/2018); Captação de emendas parlamentares.

Atividade iniciada em jun/17

Término previsto para dez/18

Responsável pela atividade: Fabiana Gadelha

Histórico de implementação: Em agosto foi realizada a 1º Reunião para elaboração da Cartilha de Emendas em 21 de agosto. Foi feito levantamento dos Dados sobre os Programas bem como o estudo das alterações que serão feitas; No mês de outubro foi concluído um processo de captação de emendas, no valor de 12 milhões. Não houve avanço nos meses seguintes.

Resultado: Captação de Emendas no valor total de R\$ 12 milhões.

Percentual de execução: 36%

- 3.4 - Monitorar e incentivar a implantação de estruturas de direitos humanos nos estados e eventualmente nos municípios.

Entrega prevista: Levantamento das estruturas existentes realizado; Aumento em 10% de novas estruturas implantadas.

Término previsto para dez/18

Responsável pela atividade: Fabiana Gadelha

Histórico de implementação: Em julho foi apresentada a Proposta inicial: secretaria estadual responsável pela política de direitos humanos, conselho estadual de DH, Comitê e Mecanismo estaduais de prevenção e combate à tortura, ouvidoria de polícia independente e autônoma; Realizado levantamento das secretarias estaduais e Comitês e Mecanismos estaduais de prevenção e combate à tortura; Em setembro foi lançado o Pacto Federativo para Prevenção e Combate à Tortura lançado. 18 Estados assinaram documento de intenção de adesão ao Pacto. Não houve avanço nos últimos meses.

Resultado: Pacto Federativo para Prevenção e Combate à Tortura lançado em 12 de setembro. 18 Estados assinaram documento de intenção de adesão ao Pacto.

Percentual de execução: 15%

Projeto 4 - Promover ações de Direitos Humanos junto ao Sistema de Justiça.

Nível de monitoramento – Departamento

A SNC tem se empenhado em impulsionar e fomentar relações com os atores do Sistema de Justiça, visando ao desenvolvimento e à implementação de projetos, programas e atividades de cooperação, entre outras ações, para a difusão da cultura e da educação em Direitos Humanos no âmbito do Poder Judiciário. A Secretaria tem formalizado parcerias com atores como o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, a Escola Nacional da Magistratura - ENFAM, o Colégio Nacional de Defensores Públicos - CONDEGE, Ministério Público, ANAPE - Associação Nacional dos Procuradores de Estado, ANADEP - Associação Nacional dos Defensores Públicos entre outros.

Dessa forma, o projeto prevê um conjunto de esforços com atores do sistema de justiça, em consonância com o PNDH-3 e o PNEDH, para a realização da educação não formal em direitos humanos, configurando-se em um processo de sensibilização e formação de consciência crítica e de estabelecimento de diálogo com parceiros que desenvolvam atividade formativa e promovam os direitos humanos em seu cotidiano. As atividades incluem: parcerias com atores de Justiça para construção de cursos; realização de seminários sobre direitos humanos; lançamento de campanhas que envolvam a temática de direitos humanos; e atividades correlatas à promoção de direitos humanos com atores do sistema de Justiça: realização de concursos, pactuação de fluxos de denúncia, inclusão de direitos humanos em concursos públicos, criação de núcleos de direitos humanos pelos parceiros, entre outras.

Podemos citar, como avanço alcançado no período, a realização de parceria com o CONDEGE – Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais para implementação de ações de direitos humanos.

AVANÇO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES

- **4.1 - Realizar o II Concurso de Sentenças Exitosas em Direitos Humanos com o CNJ - Conselho Nacional de Justiça.**
Entrega prevista: Edital do concurso lançado; Seleção realizada; Cerimônia de premiação realizada.
Atividade iniciada em ago/17
Término previsto para mar/18
Responsável pela atividade: Victoriana/Fernanda e Thais
Histórico de implementação: Não houve avanço.
Resultado: Ainda não há definição do CNJ sobre a realização do Concurso.
Percentual de execução: 0 %
- **4.2 - Firmar parceria com CONDEGE - Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais.**
Entrega prevista: Curso EAD realizado.
Atividade iniciada em jul/17
Término previsto para dez/17
Responsável pela atividade: Victoriana / Fabiano (Ouvidoria) e Fernanda (Educação).
Histórico de implementação: Em agosto foi firmada parceria e o plano de trabalho foi assinado. Em dezembro o plano de trabalho ainda não foi dialogado. As pendências no Condege foram levantadas (que vão além do ACT, como participação no CNEDH etc.), no entanto o diálogo não foi retomado, porque a presidência foi alterada.
Resultado: Em agosto foi firmada parceria e o plano de trabalho foi assinado. Em dezembro o plano não foi dialogado, as pendências no Condege foram levantadas e o diálogo não foi retomado porque a presidência foi alterada.
Percentual de execução: 40%

- 4.3 - Realizar curso EAD com ENFAM - Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.

Entrega prevista: Curso EAD realizado.

Atividade iniciada em jul/17

Término previsto para dez/17

Responsável pela atividade: Victoriana

Histórico de implementação: Em julho foram realizadas algumas reuniões para fechamento do programa do curso. Em agosto a área recebeu convite para participar de curso sobre formação de conteúdo; No mês de setembro foi finalizado o esboço do curso, algumas pessoas foram indicadas para elaborar o conteúdo e material. Aguarda-se algumas definições da ENFAM. Em outubro manteve-se a mesma situação. Não houve avanço nos últimos meses.

Resultado: Esboço do curso elaborado e aguardando definição da ENFAM para elaboração do curso.

Percentual de execução: 25%

- 4.4 - Firmar novas Parcerias: Ministério Público, ANAPE - Associação Nacional dos Procuradores de Estado, ANADEP - Associação Nacional dos Defensores Públicos.

Entrega prevista: Parcerias firmadas.

Atividade iniciada em jul/17

Término previsto para dez/18

Responsável pela atividade: Victoriana.

Histórico de implementação: Em julho a Secretária sinalizou intenção de parceria com CNMP e OAB, e já iniciou as tratativas com a ANAMATRA.

No mês de agosto foi registrada nova Informação quanto novas parcerias: (i) CNMP: Secretária sugeriu aguardar reunião com Raquel Dodge, no entanto, sem data definida; (ii) OAB: agenda solicitada, porém, sem data confirmada; (iii) ANAMATRA: recebemos devolutiva do ACT em 24/08, constando como objeto: formação de magistrados e inserção da matéria de DH em eventos da associação (contato sendo realizado pela Cláudia Anjos). No mês de outubro (i) CNMP: esta Secretaria realizou apresentação na 19ª Sessão Ordinária de 2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, realizada em 10 de outubro de 2017, a fim de fomentar ações conjuntas sobre (a) Inclusão da disciplina de Direitos Humanos nos concursos de ingresso do Ministério Público nas esferas federal e estadual; (b) Criação de Núcleos e/ou Centros de Apoio Operacional de Direitos Humanos em todas as unidades do Ministério Público; e (c) Concurso nacional de peças judiciais emblemáticas que efetivem a promoção de direitos humanos. No entanto, não tivemos ainda nenhum retorno do CNMP para avançar na parceria. Não houve avanços nos meses seguintes.

Resultado: Aguardando ação da CONJUR em relação à ANAMATRA.

Percentual de execução: 90%

Objetivo 4: Fortalecer os mecanismos de monitoramento e seguimento das políticas de direitos humanos.

O projeto de fortalecimento dos mecanismos de monitoramento das políticas e ações de direitos humanos foi proposto no intuito de propiciar o acompanhamento da implementação da política tanto na esfera nacional quanto na esfera internacional. A ideia é criar um grande observatório de ações e recomendações vinculadas à pauta dos direitos humanos.

No primeiro Semestre do Planejamento houve pouco avanço na implementação deste projeto, mas podemos citar a atuação da secretaria no âmbito do Sistema Interamericano com a realização de 4 reuniões do Comitê Técnico, com o início do mapeamento dos pontos focais para instituição da rede nacional de pontos focais estaduais para acompanhamento dos casos do SIDH - Sistema Interamericano de Direitos Humanos e com o início da organização do passivo dos casos do SIDH. Além disso, houve o início do processo de supressão do passivo dos relatórios internacionais.

Projeto 1 - Reorganizar, fortalecer e aprimorar a capacidade da Secretaria Nacional de Cidadania com vistas à atuação no Sistema Interamericano de proteção dos Direitos Humanos e à articulação federativa para cumprimento das decisões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e da Corte Interamericana de Direitos Humanos

Nível de monitoramento - Departamento

Obrigações internacionais do Estado brasileiro decorrentes da ratificação e da promulgação da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, de 22 de novembro de 1969, por meio do Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992; e do reconhecimento da competência contenciosa da Corte Interamericana de Direitos Humanos, por meio do Decreto nº 89, de 3 de dezembro de 1998. A SNC participa da elaboração das manifestações do Estado brasileiro perante os órgãos do SIDH - Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Para tanto, cabe a esta Secretaria solicitar informações e providências de órgãos e entidades públicos visando à elaboração das manifestações. Ademais, a SNC é responsável pela articulação, no âmbito doméstico, dos atores brasileiros envolvidos nos desdobramentos das decisões advindas do Sistema Interamericano, com vistas a monitorar o cumprimento das obrigações brasileiras.

Cabe à Assessoria Internacional manter contato com vítimas, peticionários e familiares dos casos; articular-se com órgãos e entidades públicas dos Poderes e da União e dos entes federados para propor e acompanhar as ações a serem implementadas; bem como realizar ações de disseminação da jurisprudência e dos padrões interamericanos de promoção e proteção dos direitos humanos. A atuação profícua da SNC tem garantido o cumprimento, de modo razoável, por parte do Estado brasileiro, de decisões advindas do Sistema, com destaque para a negociação de soluções amistosas. Existem, atualmente, cerca de 202 casos contra o Estado brasileiro nos órgãos do SIDH - Sistema Interamericano de Direitos Humanos, dos quais 191 na Comissão Interamericana de Direitos Humanos e onze na Corte Interamericana de Direitos Humanos. É válido citar ainda o acompanhamento da visita da delegação da CIDH ao Brasil, para realizar visitas de trabalho a unidades de internação do SINASE nos estados do Ceará, Espírito Santo e São Paulo, entre os dias 13 e 17 de novembro.

AVANÇO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES

- 1.1 - Retomar e dar continuidade às atividades do Comitê Técnico do SIDH - Sistema Interamericano de Direitos Humanos.
Entrega prevista: Registro das reuniões realizado.
Atividade iniciada em jun/17
Término previsto para dez/18
Responsável pela atividade: Luciana Peres
Histórico de implementação: Até o início do período já haviam sido realizadas 15 reuniões. Em julho foram realizadas 4 reuniões. Em agosto foi realizada 1 reunião. Em setembro e em novembro foram realizadas 1 reunião em cada mês. Não houve avanço em dezembro.
Resultado: Registro de 7 reuniões no período.
Percentual de execução: 35 %
- 1.2 - Organizar rede nacional de pontos focais estaduais para acompanhamento dos casos do SIDH - Sistema Interamericano de Direitos Humanos.
Entrega prevista: Rede instituída (Portaria publicada). Pontos focais capacitados.
Atividade iniciada em ago/17
Término previsto para out/18
Responsável pela atividade: Luciana Peres
Histórico de implementação: No mês de agosto foi iniciado o processo de mapeamento dos atores e dos processos por estado federado; Iniciado a elaboração das cartelas dos casos brasileiros no SIDH por estado federado, para compor a documentação a ser entregue na reunião de gestores estaduais de DH;
Em setembro foi feito o Mapeamento dos atores; mapeamento dos processos por estado; criação de fichas de casos por estado (Material entregue sobre a fotografia do Estado brasileiro no SIDH, com retrato por Estado - 27 fichas entregues e Informe realizado na reunião de gestores estaduais de DH realizada em 12/09, na SNC); Ofícios aos estados solicitando pontos focais (titular e suplente) enviados.
No mês de novembro iniciou-se a elaboração do detalhamento dos casos nas fichas de casos por estado federado, incluindo os casos em pendências de respostas e ações de cumprimento. São 201 casos ao todo, sendo esta a fase mais longa no processo. Encontra-se em processo de elaboração a metodologia e padronização a ser aplicada em cada ficha detalhada de cada um dos 201 casos. Não houve avanço em dezembro.
Resultado: O mapeamento de atores, a minuta da portaria, mapeamento dos processos por estado e a criação de fichas de casos por estado já foram executados. Restam ainda as seguintes atividades que serão atendidas em 2018: apresentação e pactuação, Lançamento da Rede e a capacitação dos pontos focais.
Percentual de execução: 50%
- 1.3 - Implantar sistema de informação de acompanhamento dos casos do SIDH - Sistema Interamericano de Direitos Humanos, com foco no cumprimento das decisões.
Entrega prevista: Sistema implantado.
Atividade iniciada em dez/17
Término previsto para dez/18
Responsável pela atividade: Juliana Rodrigues

Histórico de implementação: Atividade com início previsto em dez/17.

Resultado: Com início previsto em dez/17.

Percentual de execução: 0%

- 1.4 - Elaborar procedimentos operacionais padrões (ou diretrizes) para cumprimento de decisões e negociação de soluções amistosas.

Entrega prevista: Mapeamento de processos; Elaboração do POP - Procedimento Operacional Padrão ou Diretrizes.

Atividade iniciada em dez/17

Término previsto para dez/18

Responsável pela atividade: Luciana Peres

Histórico de implementação: Atividade com início previsto em dez/17.

Resultado: Com início previsto em dez/17.

Percentual de execução: 0 %

- 1.5 - Organizar e priorizar o passivo de casos.

Entrega prevista: Relatório amplo dos 201 casos brasileiros no SIDH divididos por temática, com critérios de criticidade, elaborado.

Atividade iniciada em jun/17

Término previsto para dez/17

Responsável pela atividade: Luciana Peres

Histórico de implementação: Em julho, a AI/SNC elaborou as regras e metodologia de priorização; avançou em minuta de relatório com a descrição e encaminhamentos da cartela dos casos brasileiros no SIDH com prioridades e pendências de respostas aos órgãos do SIDH desde 2012 (201 casos no total atualmente); elaborou e monitorou Tabela de pendências dos casos do SIDH; entregou 8 relatórios do Estado brasileiro (Corte IDH: 1 Herzog; 2 UNIS; 2 Pedrinhas; 1 Curado; 1 Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho / CIDH: 1 Artigo 41 - Info sobre situação atual da população indígena em isolamento voluntário no país); entregou Produto de consultoria, em outubro de 2015, com tabela de cumprimento e fichas de casos (cumprimento - CIDH e Corte IDH); iniciou a tabela detalhada dos casos em trâmite no SIDH por estado, com criação de dados estatísticos.

Em agosto, iniciou a atualização das fichas por caso; deu prosseguimento ao preenchimento da tabela detalhada dos casos em trâmite no SIDH por estado e temática, dividida em fases; entregou 2 relatórios do Estado brasileiro (Corte IDH: 1 UNIS; 1 Complexo Prisional de Pedrinhas);

Em setembro, a AI deu prosseguimento a atualização das fichas por caso; deu continuidade ao preenchimento da tabela detalhada dos casos em trâmite no SIDH por estado e temática, dividida em fases; Reorganizou as temáticas principais dos 201 casos – 23 temáticas apontadas. Organizou as fichas por estado, divididas em temáticas e fases processuais – 27 fichas; entregou 2 relatórios do Estado brasileiro (Situação de quilombolas no país – Artigo 41 CADH; Questionário LGBTI).

No mês de outubro, a AI entregou 4 relatórios - 1 relatório do Estado brasileiro à Corte IDH: Medidas Provisórias referentes ao Complexo Penitenciário do Curado; e 3 relatórios do Estado à CIDH: Artigo 41 - Informações sobre foro especial para militares; Artigo 41 - Informações sobre a PEC que busca reduzir a maioria penal; Artigo 41 - Mortes no curso de intervenções de forças de segurança em 2017.

No mês de novembro, entregou 1 relatório do Estado para a Corte IDH em fase de elaboração, referente ao cumprimento das medidas provisórias UNIS (ES); 4 relatórios

do Estado em fase de revisão - Corte IDH (Cumprimento de sentença Gomes Lund e outros vs. Brasil; Cumprimento das medidas provisórias referentes ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas (MA) e Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho (RJ) e CIDH (Cumprimento de recomendações no Caso Wallace de Almeida (RJ).

Resultado: As entregas estão bem adiantadas.

Percentual de execução: 65%

- 1.6 - Realizar e coordenar as missões periódicas do Governo federal nas Unidades da Federação para o cumprimento das decisões dos órgãos do SIDH - Sistema Interamericano de Direitos Humanos, em especial o cumprimento das medidas cautelares e provisórias, bem como negociação de acordos de solução amistosa.

Entrega prevista: Missões realizadas; Relatórios do Estado brasileiro aos órgãos do SIDH - Sistema Interamericano de Direitos Humanos entregues.

Atividade iniciada em jun/17

Término previsto para dez/18

Responsável pela atividade: Luciana Peres

Histórico da implementação: Acompanhamento da visita da delegação da CIDH ao Brasil, para realizar visitas de trabalho a unidades de internação do SINASE nos estados do Ceará, Espírito Santo e São Paulo, entre os dias 13 e 17 de novembro.

Na agenda, a CIDH propôs reuniões com autoridades em Brasília, Ceará, Espírito Santo e São Paulo, além das visitas às unidades. O Comissário James Cavallaro teve agenda institucional também no Rio de Janeiro.

Resultado: Acompanhamento da visita da delegação da CIDH aos estados do Ceará, Espírito Santo e São Paulo.

Percentual de execução: 30%

- 1.7 - Capacitar operadores do Sistema de Justiça quanto ao funcionamento do SIDH - Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

Entrega prevista: Capacitação realizada.

Atividade iniciada em jan/18

Término previsto para dez/18

Responsável pela atividade: Luciana Peres

Histórico de implementação: Atividade programada para 2018.

Resultado: Atividade com início previsto para janeiro/18.

Percentual de execução: 0%

Projeto 2 – Iniciar a estruturação de um observatório nacional de monitoramento da implementação de compromissos e recomendações nacionais e internacionais de direitos humanos.

Nível de monitoramento – Secretária

O projeto visa à estruturação de um observatório que possibilitará o acompanhamento de Tratados Internacionais, Casos do SIDH - Sistema Interamericano de Direitos Humanos, resoluções dos Colegiados, do MNPCT - Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate a Tortura e da implementação do PNDH 3 - Programa Nacional de Direitos Humanos e dos Planos setoriais.

AVANÇO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES

- 2.1 - Atualizar inventário de recomendações, decisões e compromissos internacionais recebidos pelo Estado Brasileiro nos sistemas ONU e OEA relacionadas às temáticas da Secretaria Nacional de Cidadania.

Entrega prevista: Sistematização das recomendações internacionais recebidas pelo Brasil, por órgão e por tema.

Atividade iniciada em jul/17

Término previsto para dez/18

Responsável pela atividade: Herbert/ Cláudia

Histórico de implementação: No mês de agosto, recomendações foram recebidas no âmbito da RPU sistematizadas por temas; histórico mantido até novembro. Não houve avanço em dezembro.

Resultado: Recomendações recebidas no âmbito da RPU sistematizadas por temas, desde junho.

Percentual de execução: 10 %

- 2.2 - Atualizar situação de cumprimento dos compromissos e recomendações internacionais relacionadas às temáticas da SNC, com base em informações constantes nos relatórios nacionais aos respectivos órgãos de tratados, e subsídios recebidos de órgãos do poder público.

Entrega prevista: Sistematização da situação de cumprimento das recomendações internacionais, com base em informações constantes nos relatórios nacionais aos respectivos órgãos de tratados, e subsídios recebidos de órgãos do poder público.

Indicadores: Análise do relatório X; Análise do relatório Y; Análise do relatório Z; Apresentação da sistematização do cumprimento das recomendações internacionais.

Atividade iniciada em set/17

Término previsto para dez/18

Responsável pela atividade: Herbert/ Cláudia

Histórico de implementação: Aguardando relatórios.

Resultado: Aguardando relatórios.

Percentual de execução: 0 %

- 2.3 - Incorporar compromissos e recomendações internacionais nas ações e políticas das áreas temáticas da Secretaria Nacional de Cidadania.

Entrega prevista: Levantamento dos compromissos e diretrizes por área temática da SNC; Incorporação nas ações da SNC.

Atividade iniciada em ago/17

Término previsto para dez/18

Responsável pela atividade: Herbert/ Cláudia

Histórico de implementação: Atividade não iniciada.

Resultado: Sem resultado. Atividade não iniciada.

Percentual de execução: 0%

- 2.4 - Estabelecer articulação e contato periódico com pontos focais a serem definidos em cada ministério e órgãos pertinentes para aprimoramento da capacidade de articulação e incidência da Secretaria Nacional de Cidadania na elaboração e disseminação dos relatórios, e monitoramento do cumprimento de recomendações internacionais.

Entrega prevista: Definição de pontos focais em cada ministério e órgãos pertinentes; Realização de reuniões trimestrais com pontos focais; Levantamento e validação da situação de cumprimento de recomendações internacionais.

Atividade iniciada em jun/17

Término previsto para dez/18

Responsável pela atividade: Herbert/ Cláudia

Histórico de implementação: Os Pontos focais foram levantados no processo de resposta da RPU. Informação mantida até o momento.

Resultado: Os Pontos focais foram mapeados para o processo de atualização da RPU.

Percentual de execução: 5 %

- 2.5 - Acompanhar e monitorar medidas adotadas para cumprimento das recomendações internacionais recebidas que se referem às temáticas da Secretaria Nacional de Cidadania.

Entrega prevista: Levantamento das medidas adotadas para cumprimento das recomendações realizado.

Atividade iniciada em jun/17

Término previsto para dez/18

Responsável pela atividade: Herbert/ Cláudia

Histórico de implementação: Em julho, os responsáveis pela atividade informaram que as Reuniões interministeriais realizadas para coordenação da resposta do Estado brasileiro sobre recomendações recebidas no âmbito da RPU; pontos focais a serem definidos formalmente junto à Assessoria Internacional do MDH. Não houve avanço nos últimos meses.

Resultado: Ainda não houve resultado expressivo.

Percentual de execução: 5%

- 2.6 - Atualizar o portal ObservaDH para inclusão da situação de cumprimento das recomendações internacionais.

Entrega prevista: a) Estudo sobre viabilidade de implementação da segunda fase do ObservaDH no portal já existente; b) Inclusão das informações sobre cumprimento das recomendações no portal ObservaDH.

Atividade iniciada em ago/17

Término previsto para dez/18

Responsável pela atividade: Herbert/ Cláudia

Histórico de implementação: Atividade não iniciada.

Resultado: Atividade não iniciada.

Percentual de execução: 0 %

- 2.7 - Identificar tipo de sistema de Tecnologia da Informação, linguagem e padrões para estruturar observatório, a partir do modelo adotado no ObservaDH.

Entrega prevista: Registro de reuniões realizadas para estudo sobre sistema de Tecnologia da Informação, linguagem e padrões para estruturar observatório.

Atividade iniciada em ago/17

Término previsto para dez/18

Responsável pela atividade: Herbert/ Cláudia

Histórico de implementação: Atividade não iniciada.

Resultado: Atividade não iniciada.

Percentual de execução: 0%

- 2.8 - Organizar inventário de recomendações e compromissos nacionais, a partir de subsídios dos respectivos colegiados e órgãos nacionais.

Entrega prevista: Documento com levantamento das recomendações e compromissos nacionais, por meio de subsídios a serem enviados por colegiados e conselhos de direitos elaborado.

Atividade iniciada em fev/18

Término previsto para dez/18

Responsável pela atividade: Herbert/ Cláudia

Histórico de implementação: Atividade com início em 2018.

Resultado: Atividade com início em 2018.

Percentual de execução: 0%

Projeto 3 - Suprimir passivo de relatórios para os órgãos de tratados internacionais sobre Direitos Humanos e aprimorar a capacidade de articulação e incidência da Secretaria Nacional de Cidadania na elaboração e disseminação dos relatórios internacionais (CAT - Comitê de Ajudas Técnicas, PIDESC - Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, PIDCP - Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, Desaparecimentos Forçados, DBC - Documento Básico Comum e Segundo Agrupamento PSS - Protocolo de São Salvador).

Nível de monitoramento – Secretária

Os relatórios internacionais devem ser elaborados periodicamente em virtude da assinatura de Tratados Internacionais de Direitos Humanos. Há atualmente um passivo de relatórios que ainda não foram entregues aos órgãos internacionais competentes. Tendo isso em vista, foi criado este projeto para suprimir essas pendências.

Houve pouco avanço na implementação do projeto em 2017. Apenas do Documento Básico Comum foi finalizado e aguarda validação. Para cumprir as atividades foi articulada a prorrogação de um PRODOC para contratação de consultores que ajudariam no processo. Além disso, foram realizadas ações relacionadas ao RPU e ocorreu Videoconferência sobre 1º agrupamento direitos do Protocolo de São Salvador em setembro.

AVANÇO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES

- 3.1 - Atualizar minutas de relatórios nacionais, com base em informações oficiais (DBC - Documento Básico Comum, PIDCP - Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, PIDESC - Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, CAT - Comitê de Ajudas Técnicas, Desaparecimentos Forçados, 2º agrupamento PSS - Protocolo de São Salvador).

Entrega prevista: Relatórios Atualizados.

Atividade iniciada em jun/17

Término previsto para dez/18

Responsável pela atividade: Cláudia Giovanetti

Histórico de implementação: Minuta de documento finalizada e enviada ao MRE desde setembro. Em novembro a Minuta do DBC foi transmitida pelo MRE para validação pelo MDH. Não houve avanço em dezembro.

Resultado: Aguardando ação do MDH, com relação a validação da minuta do DBC.
Percentual de execução: 25%

- 3.2 - Elaborar relatórios nacionais pendentes para órgãos internacionais (ONU - Organização das Nações Unidas e OEA - Organização dos Estados Americanos), com base em informações oficiais e subsídios recebidos.

Entrega prevista: Minutas dos relatórios nacionais elaboradas.

Atividade iniciada em ago/17

Término previsto para mai/18

Responsável pela atividade: Cláudia Giovanetti

Histórico de implementação: A atividade teve início em setembro com a extensão de Prodoc PNUD (com inclusão de consultorias para atualização de relatórios). No mês de outubro foram elaboradas as Minutas de Termos de Referência para contratação de consultores para subsidiar a elaboração do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP), Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), e Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos e Penas Cruéis, Desumanos e Degradantes (CAT) preparadas e passando por revisão final. Não houve avanço em dezembro.

Resultado: Minutas de Termos de Referência para contratação de consultores já elaboradas.

Percentual de execução: 5%

- 3.3 - Submeter relatórios nacionais a consulta pública para comentários e contribuições da sociedade civil e demais atores.

Entrega prevista: Consultas públicas realizadas; Audiências públicas realizadas.

Atividade iniciada em jul/17

Término previsto para jul/18

Responsável pela atividade: Cláudia Giovanetti

Histórico de implementação: Em julho houve a organização de Consulta pública sobre RPU; Em agosto foi realizada Consulta pública sobre recomendações RPU; audiência pública sobre RPU na Câmara dos Deputados; Em outubro foi realizada segunda consulta pública sobre recomendações RPU finalizada; audiência pública sobre RPU na Câmara dos Deputados. Não houve avanço nos últimos meses.

Resultado: Consulta pública realizada na Câmara dos Deputados.

Percentual de execução: 16%

- 3.4 - Entrega e depósito junto ao órgão internacional, e respectiva apresentação oficial em sessão pertinente.

Entrega prevista: Relatório nacional entregue ao órgão internacional respectivo; Apresentação do relatório nacional e diálogo em sessão pertinente do respectivo órgão, a depender do calendário de sessões.

Atividade iniciada em jun/17

Término previsto para dez/18

Responsável pela atividade: Cláudia Giovanetti

Histórico de implementação: Videoconferência sobre 1º agrupamento direitos do PSS, realizada em setembro. Não houve avanço nos últimos meses.

Resultado: Não houve avanço após a vídeo conferência.

Percentual de execução: 5%

- 3.5 - Dar publicidade ao relatório nacional entregue ao órgão internacional, assim como observações finais correspondentes.

Entrega prevista: Divulgação no site da SNC do relatório entregue, da apresentação realizada e das conclusões e observações finais correspondentes.

Atividade iniciada em jul/17

Término previsto: dez/18

Responsável pela atividade: Cláudia Giovanetti

Histórico de implementação: Recomendações RPU disponibilizadas para consulta pública, desde julho. Não houve avanço nos últimos meses.

Resultado: Não houve avanços desde julho.

Percentual de execução: 5 %

- 3.6 - Acompanhar e monitorar medidas adotadas para cumprimento das recomendações internacionais recebidas, em especial no âmbito da RPU - Revisão Periódica Universal.

Entrega prevista: Realização de reuniões trimestrais com pontos focais dos ministérios para levantamento das medidas adotadas para cumprimento das recomendações recebidas no 3º ciclo RPU - Revisão Periódica Universal; Atas das reuniões com pontos focais; Minuta de relatório de meio período sobre cumprimento das recomendações recebidas no 3º ciclo RPU - Revisão Periódica Universal , a ser apresentado em 2019.

Atividade iniciada em jun/17

Término previsto para dez/18

Responsável pela atividade: Cláudia Giovanetti

Histórico de implementação: Em julho foram realizadas Reuniões interministeriais para coordenação da resposta do Estado brasileiro sobre recomendações recebidas no âmbito da RPU; pontos focais a serem definidos formalmente junto à AI do MDH. Não houve avanço nos últimos meses.

Resultado: Não houve avanço após as reuniões de julho.

Percentual de execução: 5%

4. DESAFIOS & CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação de ações de promoção e defesa dos direitos é um desafio e depende de diversos atores de governo e da sociedade civil. Avançar nessas temáticas não é uma tarefa fácil e demanda uma conjugação de esforços. Para avançar neste desafio, foi realizado o planejamento de ações da Secretaria Nacional de Cidadania para os anos de 2017 e 2018.

A implementação do planejamento nos últimos 6 meses foi diretamente impactada pela reforma administrativa sofrida com a publicação do Decreto de estruturação do Ministério dos Direitos Humanos, nº 9.122 de 09 de agosto de 2017.

No entanto, mesmo com os desafios vivenciados, os números abaixo demonstram que houve um considerável cumprimento do que foi planejado. O quadro a seguir apresenta o nível de execução de cada Objetivo, com os respectivos Projetos que os compõe.

51

EXECUÇÃO ATÉ DEZ/2017			
OBJETIVO 1	25,4%	PROJETO 1	23,6%
		PROJETO 2	20,5%
		PROJETO 3	18,6%
		PROJETO 4	38,8%
OBJETIVO 2	37,5%	PROJETO 1	30,0%
		PROJETO 2	46,7%
		PROJETO 3	20,0%
		PROJETO 4	50,6%
		PROJETO 5	44,0%
		PROJETO 6	8,3%
		PROJETO 7	43,6%
		PROJETO 8	43,3%
		PROJETO 9	46,3%
		PROJETO 10	42,5%
OBJETIVO 3	21,4%	PROJETO 1	25,8%
		PROJETO 2	20,0%
		PROJETO 3	23,5%
		PROJETO 4	16,3%
OBJETIVO 4	14,0%	PROJETO 1	29,3%
		PROJETO 2	2,5%
		PROJETO 3	10,2%
EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO			28,8%

Metodologia de mensuração

Os índices de execução de cada Projeto foram calculados a partir da média observada nos percentuais de execução de cada atividade estabelecida pelos responsáveis.

Da mesma forma, foram calculados os índices de execução de cada objetivo, cujo resultado é a média da execução dos projetos que compõe cada objetivo. Calculando a média de execução dos projetos, até dezembro de 2017, houve um alcance de 28,8% de execução do que foi proposto.

HERBERT BORGES PAES DE BARROS
Secretário Nacional de Cidadania, substituto

CAROLINE DIAS DOS REIS
Chefe de Gabinete

AKEMI KAMIMURA
Diretora de Proteção e Defesa dos Direitos
Humanos

JUCIARA RODRIGUES
Diretora de Promoção e Educação em Direitos
Humanos

MARINA REIDEL
Diretora de Promoção dos Direitos de
Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e
Transexuais

**FABIANA ARANTES CAMPOS
GADELHA**
Diretora de Programa

**CLÁUDIA GIOVANNETTI PEREIRA
DOS ANJOS**
Assessora para Assuntos sobre Refugiados

RENATA PINHO STUDART GOMES
Coordenadora-Geral do Conselho Nacional
dos Direitos Humanos

MÁRCIO JOSÉ PEREIRA DE SOUSA
Coordenador de Acompanhamento de
Programas

**EUVALDO MASCARENHAS
BITTENCOURT JÚNIOR**
Coordenador-Geral de Transferências
Voluntárias e Monitoramento da Subsecretaria
de Planejamento e Orçamento da Secretaria-
Executiva

MICHELLE REIS LEDUR
Coordenadora de Cooperação Internacional da
Assessoria de Assuntos Internacionais